



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 21ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/7/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.092/2010, 6, 355, 636, 713, 717, 823, 824, 846, 1.759, 1.801 e 2.109/2011; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.697/2011; discursos dos Deputados Rogério Correia, Adelmo Carneiro Leão e André Quintão; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação do Anexo II; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 2, 5, 8, 12, 17, 50 a 54, 56, 59, 63, 69, 77 a 79, 81, 88, 89, 92, 101, 111, 151 e 153; votação das Emendas nºs 1, 3, 4, 6, 7, 9 a 11, 20 a 32, 34 a 39, 41, 44 a 49, 55, 57, 58, 60 a 62, 64 a 68, 70 a 73, 80, 82 a 85, 87, 90, 93, 95 a 100, 102 a 110, 112 a 146, 149, 150, 152, 154 a 156 e 158; rejeição; votação da Emenda nº 13; rejeição; votação da Emenda nº 33; rejeição; questão de ordem; leitura da Emenda nº 74; discurso do Deputado Rogério Correia; votação da Emenda nº 74; rejeição; votação da Emenda nº 75; rejeição; discurso do Deputado Rogério Correia; votação da Emenda nº 76; rejeição; questão de ordem; leitura da Emenda nº 91; discurso do Deputado Rogério Correia; votação da Emenda nº 91; rejeição; votação da Emenda nº 94; rejeição; votação da Emenda nº 147; rejeição; votação da Emenda nº 148; rejeição; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.697/2011; aprovação; declarações de voto - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Tenente Lúcio, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.092/2010, 6, 355, 636, 713, 717, 823, 824, 846, 1.759, 1.801 e 2.109/2011 (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 5.092/2010, 6, 355, 636, 713, 717, 823, 824, 846, 1.759, 1.801 e 2.109/2011, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.697/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia, que ainda dispõe de 33 minutos e 26 segundos para o seu pronunciamento.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vou tentar recuperar um pouco do raciocínio que eu fazia antes do encerramento da reunião anterior.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, só quero concluir o aparte que tinha solicitado a V. Exa., para dar testemunho do que aconteceu no final do governo Itamar Franco. Tínhamos uma lei que criou o Bolsa-Família no Estado de Minas Gerais, regulamentada pelo Governador Itamar Franco e implementada no Vale do Jequitinhonha, em uma das regiões mais pobres do Brasil. Vinte mil famílias já estavam recebendo o Bolsa-Família, com recursos destinados pelo Tesouro do Estado, mas, no início do outro governo, o Governador Aécio Neves cancelou o Bolsa-Família implementado pelo governo do Estado.

Quero registrar o comprometimento. E o que aconteceu? Vieram os recursos do governo federal, mas a forma de o governo de Minas se relacionar com esses recursos foi estabelecer rótulos diferentes e fazer propaganda com chapéu alheio.

O Deputado Rogério Correia - Exatamente. O Deputado Adelmo deu um bom exemplo.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Serei rápido, pois sei que V. Exa. ainda tem muito a dizer. O Deputado Adelmo, em sua memória, lembra um momento histórico importante. Enquanto ele falava, senti-me um pouco culpado, mas, de alguma forma, sinto que a decisão naquele momento foi a correta. A data exata é 10/10/2003, quando o governo do Estado de Minas Gerais migrou o cadastro do Bolsa-Escola estadual, de acordo com entendimentos com o governo federal. Não só eu participei dessa decisão, representando o governo de Minas como Secretário de Desenvolvimento Social, mas também os outros Secretários. Presidi o Fórum de Secretários de Assistência Social e, naquele momento, fizemos a entrega do cadastro de Minas ao governo federal. Está correta a lembrança de V. Exa. e do Deputado Adelmo. Esse cadastro era basicamente do Jequitinhonha. O Rio Grande do Sul e outros Estados também tinham o Bolsa-Escola.

Naquele momento, entregamos esse cadastro, para que fossem unificados em um programa os programas para as famílias em situação de vulnerabilidade no Brasil, que veio a ter o nome de Bolsa-Família. Estou resgatando essa história porque fui eu que entrei em entendimento com o então Governador Aécio Neves, que me disse para passar o cadastro ao governo federal, para que, com uma única base de dados, o governo federal pudesse executar um único programa de transferência de renda. Esse entendimento foi feito com todos os Estados e uma base de dados única possibilitou a existência de um único programa - naquele momento, entendíamos correta a decisão do governo federal, e acompanhamos o programa.

O que quero dizer é que tenho a consciência tranquila. Creio que eu e os outros Deputados ligados à assistência social dos Estados fizemos o correto: não adiantava termos vários programas em vários Estados. Assim, hoje temos apenas um programa, o Bolsa-Família, para cuja implantação o instrumento importante de que o governo dispunha era a base de dados de Minas Gerais. Muito obrigado pela oportunidade de fazer esse esclarecimento, após a provocação do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado João Leite. Quero aproveitar os apartes feitos pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão e João Leite para esclarecer que faço uma análise das diferenças programáticas entre os projetos e que, no nosso entendimento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não dá a prioridade necessária aos investimentos nos setores sociais, o que vamos procurar corrigir com emendas a ela.

Mas já fiz e reitero a ressalva de que têm todo o nosso respeito as pessoas que conduzem projetos que não sejam exatamente os nossos. Assim, já fiz elogios ao próprio Governador Anastasia, às Secretárias Renata Vilhena e Ana Lúcia Gazzola e, certamente, ao Deputado João Leite, que foi Secretário de Estado e Secretário Municipal, à época do Prefeito Patrus Ananias, e de quem somos colegas desde quando éramos Vereadores - sei do comprometimento que tem com os mais pobres e com as questões sociais e não poderia deixar de reconhecer e elogiar publicamente o seu trabalho.

Mas, repito, estou fazendo uma análise voltada mais para as diferenças de concepção e de programas apresentados. Aproveito até para recomendar a leitura de um jornal de balanço, "Agir! por Minas e pelo Brasil", do Bloco Minas sem Censura, contra o estado de exceção. Ajudou-nos na escrita do editorial do jornal o Deputado Sávio Souza Cruz, mentor do nome do Bloco Minas sem Censura, que ali escreve sobre o legado perverso de Aécio, que estabeleceu quatro mitos. O primeiro, do choque de "marketing"; o segundo, de que o Estado cresce acima da média brasileira, o que não é verdade - cresce menos -; o terceiro, que chamamos de mito da unanimidade mineira, que também não é verdade - os movimentos sociais em greve e o Bloco Minas sem Censura quebraram esse mito -; e o quarto, do líder moderno, democrático, probo e dinâmico, que agora podemos desmontar com muita clareza a partir de

casos como o da Cidade Administrativa, o do Mineirão - com processos por ausência de licitação, entre outros -, o dos fichas-sujas, o da Assembleia homologativa, o do paraíso hoteleiro - com o Fasano pagando R\$12.000,00 por um prédio tão imponente -, o do autoritarismo diante das greves, o do salário regional imaginário, etc. Enfim, o jornal traz o balanço que fizemos - com a ajuda dos dados apresentados pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão - do que chamamos de o legado perverso de Aécio Neves.

Agora queremos contribuir para que o governo Anastasia não siga na mesma toada e rompa com esse passado, que de certa forma ele deve ao Governador Aécio Neves. De qualquer forma, ele não pode ficar escravo desse passado nem escravizar Minas aos interesses futuros do ex-Governador Aécio Neves, que quer se tornar Presidente da República. Ou seja, Minas não pode ficar refém do passado de Aécio ou das suas pretensões futuras. O Governador Anastasia tem de se impor com um novo projeto - um projeto que tenha o rosto social evidenciado, não o rosto do “marketing” e desse legado perverso. Então, recomendo a todos a leitura desse jornal, que podem encontrar no “site” do Minas sem Censura ou com os Deputados do Bloco e que explica bem todo esse procedimento que expus rapidamente.

Sr. Presidente e colegas Deputados, não poderia deixar de falar deste legado, talvez até muito triste para Minas Gerais: a dívida de R\$67.000.000.000,00. Na época do Itamar, a dívida era de R\$14.000.000.000,00, herdada do governo Azeredo, que fez um acordo perverso de pagamento de dívida com Fernando Henrique, o qual persiste até hoje. Portanto, essa dívida se estabeleceu de R\$14.000.000.000,00 para R\$67.000.000.000,00, mostrando que o déficit zero foi apenas uma jogada de “marketing” eleitoral, e não, a realidade mineira. Creio que isso colocou para baixo toda aquela dubiedade que existia em relação a Minas Gerais. Nosso Estado está endividado, e o choque de gestão massacrou o serviço público em Minas Gerais.

No entanto, essas duas marcas de Aécio Neves agora têm de ser combatidas e revertidas. Elas não podem ter continuidade no governo Anastasia porque Minas não pode continuar sofrendo como sofreu nestes oito anos.

Com base nisso, Sr. Presidente, eu e o Deputado Antônio Júlio ficamos neste primeiro ano na Liderança do Bloco Minas sem Censura e fizemos uma análise das emendas que deveríamos apresentar para modificar esse quadro da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. E, ao modificá-lo, buscamos fazer emendas. Como o tempo é curto, apenas anunciarei quais seriam as principais dessas emendas. Depois faremos o destaque delas para podermos, então, discutir com maior precisão.

Uma das nossas emendas é a Emenda nº 71, que também foi feita pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, sobre a questão da saúde. Trata-se de uma emenda que coloca o investimento na saúde na marca dos seus 12%. Mas, para fazer isso, retira qualquer dubiedade em relação a investimentos que venham de outros setores, como a Copasa, que é uma empresa pública e, portanto, não pode ser considerada como recurso próprio do Estado de Minas Gerais. Esse truque não pode continuar a existir. Pega-se um recurso que é da empresa Copasa e se coloca como se fosse recurso investido pelo caixa do Estado. Mas não é assim. A Copasa é uma empresa que cobra taxa de água e de esgoto; portanto, tem seu recurso próprio. É óbvio que isso não pode ser considerado no caixa do Estado como recurso da saúde. Algumas pessoas dizem: “Mas ela faz investimento em saneamento”. Mas é investimento em saneamento da Copasa, e não, do caixa do governo do Estado. Portanto, o caixa do governo do Estado é que deve 12% do orçamento para a saúde pública.

Essa questão precisa ficar bastante clara, mas tenho certeza de que durante esse período faremos isso. Essa é uma das emendas apresentadas pelo Bloco e pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Essa emenda que trata sobre a saúde prevê que serão destinados mais alguns milhões importantes para a saúde pública em Minas Gerais. Sendo assim, deslocaremos as outras prioridades para a prioridade da saúde pública. É uma forma diferenciada para clarear o que pensa o modelo neoliberal e suas prioridades e o que pensa o modelo democrático-popular, do ponto de vista da saúde pública.

A segunda emenda que gostaria de destacar diz respeito à educação, a Emenda nº 74. Essa emenda deixa claro que tiraremos do cálculo de investimento da educação, melhor palavra aqui encontrada. Esse investimento com a educação não pode ficar na faixa de 20%, além dos inativos. Os inativos não podem ser considerados. Eles são o custeio do Estado com os aposentados. No entanto, o custeio é com a educação. Isso também já ficou claro no parecer do Tribunal de Contas do Estado, mas que o governo não respeita. Então, o Tribunal de Contas também faz de conta que isso não é para valer e não pune o Governador do Estado. Porém, o investimento que deveria ser de 25% cairá para cerca de 19%, no máximo 20%, em relação à educação.

Como já disse, essa emenda, Deputada Maria Tereza Lara, possibilitará um bom acordo com os professores, com o Sind-UTE, além de melhorar o ensino público em Minas Gerais. Para isso, basta que o governo queira, pois terá de deslocar - como estamos fazendo na peça orçamentária - a prioridade para esse ponto dos 25%, e não, prioridade para outras “brasilinhas” do Aécio e outras questões mirabolantes que não dizem respeito à prioridade real do Estado com o sistema educacional. Investir o recurso é pouco onde se tem prioridade, mas não se deve investir onde não seja prioritário por ser peça eleitoral, por exemplo. Aqui está um bom exemplo de uma emenda que possibilita essa diferenciação.

Uma terceira emenda importante é a de nº 75, que diz respeito à revisão geral do servidor público. O governo federal, por meio do Presidente Lula, tomou uma atitude corajosa. Vocês se lembram de que, na época do Fernando Henrique, reajustar o salário mínimo era uma novela. Quase não havia isso. Era um blá-blá-blá dizendo que geraria inflação. O Deputado Vanderlei Miranda deve se lembrar disso. No entanto, o contrário se mostrou: o Presidente Lula aprovou o projeto de superação do salário mínimo com ganhos reais acima da inflação, e agora já é lei exercida todo ano. E isso não gerou inflação, pelo contrário, gerou riqueza: as pessoas passaram a consumir mais; o Brasil cresceu, desenvolveu-se, criou emprego e gerou renda. O crescimento do salário mínimo foi fundamental nesse procedimento.

Hoje temos uma lei: pega-se a média dos dois últimos anos, calcula-se o crescimento do PIB, desconta-se a inflação e reajusta-se o salário para acima da inflação, ou seja, é a inflação mais o crescimento médio dos dois últimos anos do PIB. Todo ano teremos aumento do salário mínimo acima do aumento inflacionário, até a data estabelecida pela lei, que não me lembro se é 2016 ou algo semelhante a isso. Assim, até lá teremos aumento do salário mínimo todo ano. Para o ano que vem, o salário mínimo já será de R\$616,00. Será a inflação mais o ganho do crescimento do Brasil, do PIB. Isso tem feito crescer a economia brasileira, ao invés de decrescer, e foi uma experiência muito positiva.



Por que não fazer o mesmo em Minas Gerais em relação aos servidores públicos? É o que colocamos aqui. Exatamente essa política de fazer essa média do crescimento do ICMS e descontar o crescimento vegetativo da folha, que, segundo a Secretaria, é em torno de 1,83% - e colocamos isso até mesmo para mostrar o nosso senso de responsabilidade. Com isso, as negociações com o servidor público, todo esse conflito anual acabaria, Deputado Vanderlei, e se estabeleceria uma regra por meio da qual o servidor público saberia que anualmente teria reajuste, calculando o crescimento da receita e descontando o crescimento vegetativo. É possível fazer o que o Bloco Minas sem Censura está propondo - isso para não dizer que só fazemos oposição, que não temos proposta. Aqui está mais uma, uma proposta concreta, que ajudará também o crescimento econômico de Minas Gerais.

Além disso, o Deputado Celinho do Sinttrocel e eu temos um projeto de salário mínimo regional, que não está aqui, na LDO, mas que é outra proposta que está circulando, para que tenhamos em Minas Gerais mais dinheiro no bolso dos mais pobres para circular no mercado interno mineiro. São proposições, portanto, que visam ao crescimento e ao desenvolvimento do trabalho, coisa com que o governo do Estado nunca se preocupou. Ele se preocupa é com o contrário: choque de gestão, déficit zero e essas balelas de oito anos de neoliberalismo mineiro. Então essa é uma emenda que também destacamos como importante.

Faço um parêntese para lembrar que, das 27 emendas apresentadas pelo Bloco, sabe, Deputado, quantas foram acatadas pelo governo? Apenas uma. Todas essas que estou relatando foram rejeitadas no parecer; todas. Apenas uma emenda foi aceita. Depois falarei sobre ela, que também é uma emenda importante, mas mais de papel fiscalizatório do que propositivo, de mudar a relação da organização do Estado para enfrentar problemas sociais que ele vive. As outras 26 foram rejeitadas, fora as dos nossos parlamentares, que foram várias, se não me engano, quase todas também rejeitadas, não por perseguição, mas por concepções diferenciadas. Mas, enfim, essa é uma emenda que também queríamos destacar.

Outra emenda importante é a de nº 76, que também é uma boa discussão com o governo. Ele fala em choque de gestão, nós falamos em Orçamento Participativo. Estamos convencidos de que é possível fazer o Orçamento Participativo no Estado, Deputada Tereza, que já é feito em Betim, por exemplo, e já foi feito em Belo Horizonte na nossa época. Estamos propondo na Emenda nº 76, a criação do Orçamento Participativo no Estado. Quando o Deputado André Quintão falar, certamente relatará as experiências de participação popular que ele comanda na Assembleia Legislativa por meio da Presidência da Comissão, mas já apresentamos a Emenda nº 76, que contrapõe a ideia do choque de gestão à ideia do Orçamento Participativo.

Há várias emendas, que não vou ler, relativas ao melhor controle do Estado. Mas uma outra emenda importante a ser destacada - para não dizer que apenas nós fazemos emendas interessantes - é inspirada em uma emenda constitucional do Senador Aécio Neves. Ele tem dito, entre outras questões, que é preciso ter um cuidado maior com os Municípios e com o pacto federativo. Ele apresentou no Congresso Nacional uma emenda para que, quando o governo federal fizer algum desconto de IPI, como o Presidente Lula fez com a rede de geladeiras, não haja prejuízo para os Municípios do Estado, que seja descontado o repasse e os Municípios sejam compensados. Acho que é uma matéria interessante do Senador Aécio Neves, e a apresentamos aqui. Ele foi Governador durante oito anos e poderia ter começado em casa, apresentando a emenda aqui, mas o fez lá, e nós aproveitamos a ideia aqui. Não como o Lula fez, reduzindo a alíquota para fazer crescer a economia, pois quando é feito aqui é para aliviar setores que não precisam tanto, pois são muito ricos e poderosos. Mas que se faça a mesma coisa para que Betim, Montalvânia, o Norte de Minas, a Zona da Mata, nossa querida São João do Manhuaçu, enfim, para que os Municípios não sofram tanto. Mas a emenda Aécio Neves foi rejeitada também, ou seja, pimenta no olho do outro é refresco; para a Dilma serve, para o Anastasia não. Isso é para mostrar um pouco como o Senador Aécio Neves age. Como aconteceu com as leis delegadas, ele reclamou de medida provisória. Fiquei bobo, não acreditei e pensei: esse Senador está falando de medida provisória, ele que é campeão de leis delegadas; alguém pode acreditar na sinceridade dessas palavras? Aqui também é a mesma coisa, tentamos reduzir o prejuízo dos Municípios quando se descontar o ICMS, mas a emenda foi rejeitada.

Apresentamos também emendas com o mesmo objetivo para fazer uma fiscalização mais adequada, aproveitando uma emenda apresentada pelos Deputados Rodrigo de Castro e Domingos Sávio, do PSDB, pela qual todos os empréstimos feitos pelo BNDES aos Municípios sejam publicados. Fiz a mesma emenda para o BDMG. É uma boa emenda fiscalizatória do PSDB em âmbito nacional, e espero que seja aprovada lá, mas aqui ela "tomou bomba". Portanto, a emenda do PSDB serve para a Dilma, mas não serve para o Anastasia. Falo isso para o nosso eleitor saber como age o PSDB.

Enfim, essas são algumas das emendas, não citarei todas. Após conceder aparte à Deputada Maria Tereza Lara, vou concluir mostrando as diferenças entre a concepção da LDO apresentada pelo governo Anastasia e ex-governo Aécio Neves e a nossa, do ponto de vista do projeto democrático-popular, se fôssemos do governo. Essas emendas deixam claro concepções diferentes de enxergar o Estado mineiro, que não estão apenas no papel, mas já foram executadas pelo ex-Presidente Lula e pela Presidenta Dilma. É um exemplo prático do que já fizemos e do que pode ser feito aqui.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Rogério Correia, Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, cumprimento-o pelo papel importante de Líder da Oposição nesta Casa, oposição propositiva sobretudo no que diz respeito às greves dos funcionários. Todo o tempo houve um trabalho para solicitar e exigir o diálogo e encontrar soluções. Esse é o verdadeiro papel do Parlamento e da democracia.

Todas essas emendas, Deputado Rogério Correia, são na linha de solicitação de transparência ou de fortalecimento das políticas públicas sociais, principalmente a saúde e a educação. A Emenda nº 29 não foi regulamentada, mas na Câmara Federal, a partir da LDO, o governo federal estabelece os critérios de uso dos recursos da saúde. Aqui também é o momento certo para que, por meio da LDO, já que não há a regulamentação da emenda, embora seja isso o que defendemos, possamos regulamentar os recursos da saúde. Podemos e devemos fazê-lo. Sabemos que há um problema seriíssimo, sabemos que há necessidade de ampliação de recursos na área de saúde. Sabemos também que o SUS é referência mundial. Em termos teóricos, é o melhor projeto de saúde pública que temos. Mas, na prática, falta um investimento maior. Se compararmos com outros países, com países que possuem projetos de saúde pública, o Brasil é um dos que investe menos. Então temos de ampliar os investimentos.



Isso é investimento e não gasto, para se trabalhar com saúde e educação. Educação também é saúde, porque, se temos um povo educado, formado, as pessoas previnem, têm condições de cuidar da própria saúde, sem necessidade de hospital, que é apenas em último caso. Queremos investimentos na educação e na saúde preventiva, com academias populares, como vimos na nossa cidade, Betim, onde há 13. O número é coincidência, mas é simbólico. Então, quando o povo tiver acesso a medidas adequadas de prevenção, não precisaremos usar recursos com hospitalização e remédios, mas, sim, com alimentação, escola, cultura, esporte e lazer.

Então, Deputado Rogério Correia, voltando à questão da greve da educação, o piso salarial é importante, mas também é preciso investimentos em formação permanente. Defendemos isso, o Sind-UTE também defende. Para isso são necessários recursos. Não há como estabelecer prioridade na saúde e na educação sem priorizar os recursos de investimentos. Então, esse é um momento propício. V. Exa. está expondo todas as nossas indicações com esse objetivo, ou seja, são propositivas. Gostaria de lembrar que Betim está perdendo - no ano passado, neste e no próximo ano -, só em ICMS solidário, R\$40.000.000,00 por ano. Então tem de haver o ressarcimento disso. Essa proposta não é apenas para Betim, mas também para todas as cidades que perderam. Isso é justo e legítimo. São cidades que arrecadam muito, mas têm um gasto imenso. Encerrando, quero dizer que, de fato, este é um momento importante, propício para, por meio da LDO, definirmos, verificarmos com clareza o projeto que queremos. Não apenas no discurso, mas também na prática. Há a questão das contradições, aquilo que se solicita do governo federal, com certeza, devemos continuar debatendo. Temos força política para fazer com que aconteça o mesmo em Minas Gerais. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Maria Tereza. Quero apenas, Deputada, dizer o seguinte. V. Exa. mencionou muito bem a nossa relação com o governo, que foi, durante todo esse período - pode às vezes ter parecido dura -, mas foi democrática e respeitosa. Sinceramente falando, penso que o governo não teve com o Bloco a mesma relação. O governo apostou primeiro que o bloco de Oposição não existisse, jogou todas as fichas para não permitir a constituição do Bloco. Mas conseguimos unificar os partidos, que estavam em torno da campanha de Hélio Costa e Patrus Ananias, e o constituímos. Em vez de investir no diálogo com o Bloco, para negociar o que propusemos, com uma pauta, até a dos servidores, o governo passou todo o primeiro semestre, tentando desarticular o Bloco, procurando fazer com que deixasse de existir. Então emissários do governo, gente importante, vinham para conversar com Deputados para tentar tirá-los do Bloco, em vez de negociar. Ora, é muito mais fácil abrir um diálogo político com a Oposição. O sistema democrático funciona assim. Existe a Oposição, então dialoguem com ela também no Parlamento. Estamos abertos para discutir com o Governador Anastasia e com os Secretários quando eles quiserem. Precisamos priorizar um diálogo democrático com o Governador do Estado. Não podemos dialogar evidentemente com o projeto de 2014 dos tucanos, porque é outra coisa. Mas com o projeto do Governador para Minas Gerais estamos - o Deputado Célio Moreira me lembra muito bem - abertos a esse processo de democracia e de construção, estamos abertos ao diálogo para apresentar propostas, proposições etc. Quero agradecer também ao Daniel, nosso assessor, pelo estudo belíssimo que fez da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO -, que apresento aqui. Depois disponibilizaremos esse estudo completo, mostrando essas diferenças.

Antes de conceder aparte ao Deputado Tenente Lúcio, quero apenas concluir algo que julgo importante: a negociação com os servidores. Colocamos a negociação real com os servidores públicos e esperamos que o governo cumpra o compromisso. Vejam bem, desobstruímos toda a pauta. Os Deputados estão vendo que hoje há projetos de lei aos montões aqui, desde ontem. Esses projetos estão sendo votados sem obstrução, não estamos fazendo os encaminhamentos - estamos discutindo, como é evidente que ocorra no sistema democrático, mostrando as diferenças - mas estamos votando todos os projetos. Certamente se obstruíssemos, ficaríamos aqui mais um bom tempo, uma semana, e talvez não houvesse quórum. Mas fizemos uma negociação e esperamos sinceramente que o governo a cumpra, porque o governo se comprometeu, Deputadas e Deputados, a realmente negociar - e não é negociação para inglês ver - com os servidores públicos, em especial os da educação e os da saúde, para encontrar uma decisão respeitosa e de diálogo. Cobramos isso. Foi um acordo feito, e, por isso, desobstruímos a pauta.

Queria apenas, para conceder aparte ao Deputado Tenente Lúcio, fechar fazendo esse balanço das diferenças expostas e das proposições do bloco. Avalio que tivemos um semestre produtivo, do ponto de vista da aprovação de projetos de lei e do trabalho da Assembleia Legislativa como um todo, do trabalho do conjunto dos Deputados, os quais parabeno. Mas quero fazer um balanço mais específico do nosso Bloco. Foi um trabalho também produtivo do Bloco Minas sem Censura, às vezes incompreendido parte do próprio governo e por parte da imprensa. Há jornal que até proíbe escrever o nome Minas sem Censura e Deputados do Bloco não podem aparecer no jornal. Mas isso é uma incompreensão, parte do legado aecista autoritário. Esperamos que os tempos agora sejam outros e que esse legado aecista, aquilo que chamamos - e chamo atenção de novo para o jornal - de legado perverso de Aécio Neves, seja parte do passado. O Governador Anastasia tem condições de construir o governo dele, com a cara dele, diferentemente do passado aecista perverso, que julgamos não ter evoluído.

O Deputado Tenente Lúcio (em aparte)* - Agradeço-lhe, Deputado Rogério Correia, pelo aparte. Farei uma pergunta a V. Exa., e a resposta poderá vir depois do recesso; não faço questão realmente que V. Exa. responda agora, até porque não dará tempo. V. Exa. sempre prega e elogia o Orçamento Participativo e critica o choque de gestão do, à época, Governador Aécio. Em Uberlândia, tivemos um modelo de Orçamento Participativo do Prefeito Zaire Rezende, com uma chapa com o PT, com o Orlando Rezende. Ele ganhou a eleição com 160 mil votos, governou quatro anos, fez algumas centenas de reuniões do Orçamento Participativo, nomeou delegados e assim por diante. Ele caiu de 160 mil votos para 18 mil votos na reeleição. Com a máquina toda na mão, ele não foi nem para a reeleição. V. Exa. não terá tempo para responder, mas aceito a resposta depois. V. Exa. é uma pessoa capacitada que admiro. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Está bem, Deputado Tenente Lúcio. Obrigado. Não posso fazer uma análise de Uberlândia porque não conheço bem a política de lá. Talvez o Deputado Elismar Prado, em outra oportunidade, nos ajude. Mas aqui em Belo Horizonte o Patrus Ananias lançou o Orçamento Participativo e depois dele foram reeleitos o Célio de Castro e o Fernando Pimentel. O PT continua na Prefeitura. Enfim, o Orçamento Participativo foi peça muito importante em Belo Horizonte e virou uma marca nacional. Não posso responder pelo caso específico de Uberlândia, mas certamente outras análises devem ser feitas. Agradeço o aparte do nobre Deputado. Irems estudar também o caso de Uberlândia. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agradeço a atenção, a



compreensão e a paciência que todos tiveram comigo durante este semestre. Espero concluirmos nossos trabalhos de forma exemplar, engrandecendo, mais uma vez, o Estado de Minas Gerais e o nosso Parlamento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não responderei ao Deputado Tenente Lúcio. Deputado Rogério Correia, lembro-me de que, quando participamos do governo Patrus, acompanhei muito diretamente os programas, as atividades, as ações relacionadas ao Orçamento Participativo. Em nenhum momento, com quem quer que seja, transformamos esse instrumento em ação eleitoreira. Ele não se coloca na lógica de eleger ou não o gestor na próxima eleição, mas na lógica da construção da cidadania. Minha convicção, Tenente Lúcio e demais Deputados, é que o Orçamento Participativo é uma das obras mais importantes, considerando-se a lógica da efetiva participação popular e da construção da cidadania.

Quero citar um exemplo de Belo Horizonte. Quando começamos, a cada ano, com o Orçamento Participativo, - e o Rogério participou conosco, durante todo o tempo -, as comunidades locais tinham a prerrogativa e a oportunidade de indicarem as obras prioritárias em cada região, frente a um recurso determinado para o Orçamento Participativo. Vimos que, em cada local, em cada bairro e em cada comunidade, as prioridades estavam muito vinculadas aos interesses mais próximos da população. No momento seguinte, essas obras eram discutidas em um coletivo maior, até a última reunião, quando o conjunto das proposições era considerado e estudado, a fim de se fazerem as escolhas compatibilizadas com os recursos disponíveis, em uma situação em que as demandas eram muito maiores que a possibilidade de uma realização. O que vimos de mais extraordinário, além da eventual possibilidade de reeleição ou de manutenção eleitoral do processo, foi a grandeza dos eleitores mais simples desta Capital. As pessoas mais humildes tiveram a grandeza de, em um encontro, em uma plenária, dizerem: “O que estou reivindicando é muito importante para mim, mas deixarei de votar no meu projeto e votarei no projeto da comunidade vizinha, em função da necessidade, por ele ser maior e porque a obra que vai ser realizada lá é mais importante.” Essa é a construção do Estado Democrático que queremos.

A Luzia também esteve nesse processo e poderá dar seu testemunho. Não contabilizo jamais, ou seja, não considero os votos que teremos a mais em função do Orçamento Participativo, porque o que mais vale é a cidadania que se constrói em um processo como esse. Então essa é resposta que dou ao Deputado Tenente Lúcio, em relação ao Orçamento Participativo, como testemunha e em razão da vivência que tive no processo.

Antes de tratar especificamente da LDO, considerando que isso tem repercussão sobre o orçamento futuro do nosso Estado e no seu desenvolvimento, quero expor duas questões que, em função do clima que estávamos vivendo aqui e de outras questões que, no meu entendimento, eram mais relevantes naquele momento, não pude tratar aqui. Uma delas aconteceu em Uberaba. A outra trata da Reserva Ecológica de Arêdes. Fiz essa intervenção considerando o conteúdo da matéria que nos fora trazido naquele momento.

Tive oportunidade, depois daquele debate, de ouvir outras ponderações. Fui motivado a conversar com uma pessoa, um colega ex-Deputado desta Casa, que deu contribuição importante para que esse processo pudesse vir à Assembleia Legislativa. Ele antecedeu, em função de sua luta, até mesmo a criação da Estação Ecológica de Arêdes. Pelas audiências públicas que realizou, é importante, mesmo após a aprovação do projeto, que registremos nesta Casa que o Deputado Padre João fez diversas audiências públicas num tempo, há aproximadamente seis anos, que antecedeu a criação da reserva ecológica ou da Estação Ecológica de Arêdes.

Foi demonstrado claramente, naquelas audiências públicas, que o tráfego de caminhões com minério na BR-040 criaria as mais diversas situações - não somente em função do tráfego das carretas que transportavam o minério, mas também em função da natureza, do método, da forma de transporte, que resultaria na queda de parte desse minério sobre o leito da rodovia. Haveria uma condição de muito maior risco para todos os que transitavam pela BR-040, em função desse tipo de transporte. Por isso mesmo, foi proposta uma alternativa, a construção de uma rodovia paralela, para garantir o tráfego apenas dos veículos que transportavam minério.

Quero dizer que a Assembleia Legislativa acertou quando votamos aqui a construção dessa rodovia. O que fizemos foi resultante também da contribuição de muitas pessoas que nos antecederam. Parabenizo o esforço, muito importante, do Deputado Padre João, por convencer e permitir que o projeto chegasse aqui para construir uma alternativa, que garantisse mais que um ambiente, mas algo mais importante e urgente, a vida das pessoas.

Com isso, empresas serão favorecidas, o que faz parte do nosso Estado plural, que deve construir as condições necessárias para que a própria iniciativa privada possa desenvolver suas atividades, com maior segurança para o progresso de nosso país. Muitas vezes há quem diga que, sendo uma rodovia para atender a demandas de empresas mineradoras, não seria relevante para o Estado. Foi relevante e importante o que fizemos. Essa rodovia, cuja construção está aprovada, atende interesses de grandes mineradoras. Foi citada a Vale, cuja maioria das ações está sob controle do Estado brasileiro. O mais importante parceiro controlador da Vale é o nosso governo federal. Queremos que a Vale prospere, que possa desenvolver atividades para o crescimento do Brasil, para gerar mais riqueza e empregos. Queremos até mesmo que, na lógica de ser mineradora, o que tenho colocado aqui com muita clareza, ela e todas as demais mineradoras contribuam também do ponto de vista tributário para podermos fazer com que esses tributos cheguem às pessoas que mais necessitem deles para o desenvolvimento. A Vale hoje é presidida, Carlão, por uma pessoa que conheci pouco. Conheço o perfil do Murilo Ferreira, filho de uma das pessoas mais nobres, mas doces e mais comprometidas com a vida que tive o privilégio de conhecer e com quem pude conviver. Seu pai foi um dos pesquisadores pioneiros no combate à doença de Chagas e no seu tratamento. Um pediatra que atendia qualquer um de nós em todos os momentos do dia e da noite, com generosidade, e a quem confiávamos nossos filhos nas condições mais adversas. Ele nos dava tranquilidade. Posso dizer que o Dr. Humberto Ferreira, que foi meu professor e patrono da minha turma, também foi uma das pessoas que trouxe consigo mais do que a dimensão de ter a fala dos anjos, de mover montanhas, a dimensão do amor. Uma pessoa extraordinária. Ele e a sua esposa, D. Nívia, que continua dando sua contribuição importante na assistência social em Uberaba, certamente constituíram um berço no qual forjaram Murilo Ferreira para poder servir à Vale e, servindo à Vale, servir ao Brasil. Quero deixar aqui registrada essa consideração.

Outra consideração que atinge diretamente os interesses regionais do Triângulo Mineiro, de modo muito especial a nossa Uberaba, é uma doação feita por parte do governo, atitude louvável que toda a Assembleia Legislativa aprovou. Então não é uma condição de nós, Deputados do Triângulo Mineiro, mas de todos os Deputados de Minas Gerais, que compreendemos a importância dos



investimentos que se fazem naquela região, por meio do gasoduto, cuja responsabilidade é do governo do Estado de Minas Gerais, e por meio da Petrobras, que tem o compromisso de fundar uma indústria de transformação do gás, de produção de fertilizantes nitrogenados, produzindo um componente importante do campo, da atividade da agricultura, esse fertilizante tão fundamental, barateando-o e disponibilizando-o mais próximo dos produtores. Lá é um lugar importante na produção. E, fundamentalmente, dando ao Brasil a possibilidade de se tornar independente do jogo de mercado internacional, facilitando, portanto, o desenvolvimento da nossa agricultura. Isso é muito positivo. Quero registrar a minha alegria de poder participar desta Assembleia Legislativa neste momento em que votamos projetos dessa envergadura e importância para o desenvolvimento de Minas e do Brasil, e tantos outros aqui já assinalados pelos nossos colegas, que não quero repetir.

Agora falarei especificamente sobre a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, a lei mais importante que vamos votar neste semestre, que tratará de como o Orçamento do Estado de Minas Gerais deverá ser constituído e aplicado no Estado, na saúde, na educação e no desenvolvimento. Ficarei detido mais especificamente nas questões relativas à saúde e ao desenvolvimento, mas quero tratar de algumas questões que afetam tanto a concepção da LDO quanto a própria aplicação e construção do Orçamento do Estado de Minas Gerais.

Antes, gostaria de dizer que, neste semestre, fizemos reuniões muito importantes para tratar de temas significativos nas diferentes áreas do desenvolvimento e do conhecimento de responsabilidade da Assembleia Legislativa. Fizemos isso praticamente em todas as áreas. Na área da saúde, fizemos debates, discussões e audiências públicas importantes para podermos revelar e conhecer mais profundamente como são e como estão a política e as ações de saúde no nosso Estado.

Agora mesmo, ainda esta semana, participamos de uma audiência pública, presidida pelo nosso colega e amigo, Deputado Gustavo Corrêa, para tratar das questões do Ipsemg, órgão importante de Estado, que está sob o controle do governo e tem o papel de cuidar das pensões, da previdência, mas também da saúde, como plano de saúde para os servidores e servidoras do Estado de Minas Gerais. Pudemos constatar, na discussão da reunião, que o Ipsemg não tem recursos suficientes, diante do que ele oferece, para poder ter vida longa.

O Ipsemg está funcionando hoje com todas as precariedades e todos os problemas lá denunciados, com a aplicação de uma parcela significativa de recursos originária de uma dívida que o Estado tem com a instituição. Dos recursos que o Estado repassa para o Ipsemg, quase 30% deles constituem pagamento de dívidas, mais um pouco menos de suas responsabilidades patronais, e o restante é fruto da contribuição dos servidores do Estado. O conjunto desses valores mantém o Ipsemg como está. A conclusão é que a instituição tem de melhorar muito na contratação de pessoal, nos salários, na ampliação do atendimento, na melhoria de infraestrutura para atender a população de servidores públicos, inclusive os aposentados da região metropolitana e de todo o Estado de Minas Gerais. Isso implicará, necessária e obrigatoriamente, no investimento do que se faz hoje. Portanto está desafiado o Ipsemg a fazer uma revisão da sua estrutura, do seu plano, para que possa ter vida longa.

Nesse contexto, e estou colocando o Ipsemg aqui na nossa reflexão, porque ele merece ser tratado neste momento e também porque o governo do Estado de Minas Gerais sempre tem contabilizado os recursos aplicados no Ipsemg para poder justificar o cumprimento da Emenda a Constituição nº 29, que, infelizmente, o governo não reconhece, tendo em vista os princípios e as diretrizes estabelecidos por ela, embora apresente uma contabilidade trôpega, cheia de irregularidades, incluindo valores que não poderiam estar lá. Os valores aplicados para efeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, destinados ao Ipsemg, contrariam o princípio do Sistema Único de Saúde, a Emenda à Constituição nº 29, que trata do SUS, as nossas leis e, fundamentalmente, as decisões do Conselho Nacional de Saúde. Se permitíssemos que fossem contabilizados os recursos do Estado para efeito de cumprimento da lei, considerando a aplicação do governo no setor de saúde, não deveria ser aquele o valor apresentado por ele na contabilidade. Ele, quando contabiliza os recursos do Ipsemg, para efeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, contabiliza os recursos da sua contribuição patronal, que seria o único valor destinado pelo governo à saúde, mais os recursos do pagamento da dívida, que, na verdade, não são recursos do Estado, representam dívida para com o Ipsemg, e os recursos da contribuição pessoal dos trabalhadores. Isso afronta decididamente o princípio do SUS, até porque o SUS é concebido como um sistema. Além de ser universal, integral, ele proporciona atendimento gratuito. Assim sendo, não poderíamos contabilizar a contribuição das pessoas, a não ser que, nessa lógica, também se contabilizassem os recursos aplicados em outros planos de saúde, como o da Unimed. Isso não pode estar proibido pela Constituição nem pelas resoluções que tratam do atendimento à saúde.

Outra questão de que tratarei é o setor de saúde de Minas Gerais. Deputado Celinho do Sinttrocel, se analisarmos todas as audiências públicas e todas as visitas feitas, veremos que elas mostraram que o sistema de saúde está por merecer atenção mais profunda e mais comprometida do governo do Estado. Aliás, o próprio Governador Augusto Anastasia, em sua fala como candidato ao governo de Minas, se comprometeu a investir recursos no setor da saúde, a melhorar o sistema de saúde. O que está aí não está à altura das promessas do Governador. É preciso intervenções urgentes e imediatas em todos os setores da saúde.

Em relação aos recursos humanos, há uma enorme demanda por melhores salários, por desenvolvimento em carreira, por condições dignas de trabalho e por respeito aos direitos dos trabalhadores, subscritos pelo Brasil na Organização Internacional do Trabalho, direitos tais como a adicional por insalubridade, a adicional noturno, à segurança no trabalho, ao pagamento efetivo de horas extras exercidas, à prestação de concurso público e a salário digno. Se visitarmos os hospitais - e o fizemos -, veremos que em todos há problemas graves de falta de material, de medicamentos e de condições sanitárias adequadas. Se alguns hospitais de Minas Gerais - e são vários nessas condições - fossem submetidos a uma análise, a uma investigação sanitária um pouquinho mais rigorosa, certamente deveriam ser fechados...

Tomando como referência o Hospital João XXIII, nele, como em vários hospitais importantes deste Estado, faltam responsáveis técnicos por ações efetivas, importantes, a serem desenvolvidas. A informação que tenho é que, por exemplo, faltam responsáveis técnicos em muitos hospitais para tratarem da destinação e do acompanhamento do uso de sangue, das transfusões. É algo muito importante, e não poderiam faltar técnicos para exercerem tal função. Vimos no Hospital João XXIII, como disse o próprio Diretor da



instituição, que as UTIs, onde pode haver mais de duas dezenas de pessoas internadas, o número de técnicos com a responsabilidade de cuidar dessas pessoas em grave situação de risco é insuficiente. Em todos os hospitais encontraremos uma situação dessas.

A greve que ocorreu no Estado e que chegou a esta Assembleia Legislativa veio para denunciar essa realidade, que ficou encoberta durante muito tempo, por causa do discurso, da propaganda e da “eficiência” do governo, do “choque de gestão”, do “déficit zero” e dos resultados maravilhosos... Até na democracia não existe essa realidade. Se a greve dos servidores da saúde ocorreu, não foi porque as pessoas se precipitaram ou tomaram iniciativa sem conhecimento do governo, que tem dito insistentemente que não negocia com grevistas nem com servidores em estado de greve. O governo teve oportunidade de dialogar, discutir, formar uma mesa de negociação, fazer um diagnóstico do Estado e buscar resultados necessários durante meses seguidos. O sindicato dos trabalhadores da saúde propôs reuniões e chegou a marcar audiências. Sr. Presidente, as audiências não foram marcadas para o dia seguinte nem para a semana seguinte. As reuniões foram propostas com antecedência de um mês e, na véspera, eram sempre adiadas e transferidas para o mês seguinte, e para o mês seguinte... Até que as pessoas se cansaram e adotaram um dos últimos recursos dos servidores para chamar a atenção do governo. Quero, reconhecendo a disponibilidade da Secretária de Planejamento, dizer que, neste momento, ela está claramente sinalizando - e acho isso muito positivo - que o encerramento da greve dos servidores da saúde poderá imediatamente implicar a constituição de um grupo para negociação. Pelo menos, podemos dizer que os servidores do Estado de Minas Gerais que prestam seus serviços à saúde, com seu sacrifício, sua luta e seu movimento, despertaram o governo para a gravidade da situação. Que bom que o governo poderá agora ter uma mesa para negociar. Tenho a expectativa de que os servidores, encerrando sua greve, imediatamente possam se apresentar nessa mesa de negociações, a fim de que se possa fazer um diagnóstico da saúde, no Estado, em seus diferentes locais de atendimento: nas maternidades, nos hospitais, nas unidades de saúde e na própria Secretaria. Espero que possamos ter um bom diagnóstico. Até hoje, o que temos mostra-nos que a situação é muito grave. Por isso, é urgente tratarmos essa questão, a fim de melhorar a vida dos servidores e as condições de atendimento da população de Minas Gerais.

Não é possível imaginar que podemos melhorar muito, sem o cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. Mais ainda: é possível imaginar que podemos melhorar muito se o governo cumprir a Emenda à Constituição nº 29. Não tenho nenhuma dúvida: se o governo deixar de contabilizar na saúde, para efeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, e cumpri-la na lógica do que manda o Conselho Nacional de Saúde, na lógica das diretrizes do Conselho Nacional de Saúde - o mais importante órgão que trata da saúde -, se o governo cumprir as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, será injetado na política de saúde em torno de R\$1.000.000.000,00 a mais por ano. Isso certamente dará para melhorar a situação da Funed, que não é boa. É importante salientar que recentemente a Funed realizou concurso para preencher 300 ou 400 vagas. O número de pessoas aprovadas no concurso foi maior que o de vagas, numa proporção de quase dois por um. Pois bem, os concursados aprovados foram chamados, permaneceram lá algumas semanas ou nem chegaram a tomar posse, percebendo que não havia perspectiva de carreira nem salário digno e, que as condições de trabalho na iniciativa privada eram muito mais favoráveis que as oferecidas pela Funed. E o que houve, então? A Funed continua com um déficit de recursos humanos, e essa situação não será resolvida, - mesmo se o Estado realizar um novo concurso para a Funed -, se não oferecer um plano de carreira, cargos e salários, aos funcionários dessa instituição tão fundamental e estratégica para a política de saúde de Minas Gerais e do Brasil.

A Funed é órgão de Estado capaz de nos colocar, como a Petrobras fará em Uberaba, numa condição de maior soberania, diante dos interesses comerciais internacionais, ao produzir vacinas, ao produzir medicamentos, tão importantes para a proteção, a promoção, o cuidado com a saúde de nossa gente.

A Funed é importante para nós. A Funed merece atenção do governo mais do que tem merecido até agora. A Funed merece mais do que um novo prédio; ela merece ser construída, muito mais do que com os equipamentos modernos ou com a matéria-prima, com gente valorizada. Nós precisamos valorizar a Funed. Um bilhão a mais de recursos no setor de saúde certamente garantirá uma parcela desses recursos para que a Funed, sendo nossa, encha-nos de orgulho, assim como garantirá mais independência para Minas Gerais e mais economia para a saúde. Precisamos de recursos urgentes para cuidar dos nossos hospitais. De todos os recursos que precisamos, os mais urgentes são as pessoas, na Hemominas, na Fhemig, nos hospitais, em todos eles, e recursos para estabelecermos relações convenientes com aquilo que deve ser acessório do setor de saúde com a própria iniciativa privada. Porque se não tivermos recursos suficientes para pagar as ações de saúde, nem convênios com a iniciativa privada conseguiremos. E o povo vai ficar ao léu, o povo vai ficar sem ser atendido de acordo com o princípio constitucional da saúde como direito fundamental.

Nesse contexto, apresentamos várias emendas, mas quero tratar de uma delas, da que cuida das diretrizes para a saúde. Vimos nos debates, nas discussões, nas audiências públicas que sempre há uma cobrança relacionada às ações do governo, um posicionamento do governo federal, para que a Emenda Constitucional nº 29 seja regulamentada.

Compartilho de todas as lutas e de todas as críticas no intuito de pressionar, de exigir, de cobrar do governo federal um posicionamento urgente a fim de garantir a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. E não tenho nenhuma dúvida de que a ação do Executivo é muito importante para facilitar que ela seja concluída no Congresso Nacional. Quem define é o Congresso Nacional, e nós queremos que ele regulamente ou vote o projeto de lei complementar que trata da Emenda Constitucional nº 29 não só do ponto de vista de estabelecer as diretrizes para aplicação dos recursos no setor de saúde. Quais são os recursos, quais são as diretrizes ou quais são as ações de saúde e quais as ações que não podem ser contabilizadas como ações de saúde para efeito do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29? Não tenho dúvida de que essas diretrizes já estão estabelecidas, já estão traçadas de acordo com a Resolução nº 322 do Conselho Nacional de Saúde.

No entanto, a regulamentação ou a lei complementar que trata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 vai além de estabelecer diretrizes. A lei complementar trata de estabelecer um novo marco referencial para aplicação dos recursos por parte do governo federal. E talvez encontremos aí a razão de resistência do Executivo federal na regulamentação da Emenda Constitucional 29, porque esse marco implicará obrigatoriamente o aumento de aplicação de recursos federais no setor de saúde, exigência com que eu concordo plenamente. Todos nós que lutamos pela saúde concordamos com essa exigência. Não vamos contemporizar diante do governo porque é nosso, porque nós ajudamos a eleger. Talvez porque ajudamos a eleger é que tenhamos de cobrar mais, com mais



ênfase, do nosso governo, para que ele aplique mais recursos no setor de saúde, para nos aproximarmos de outros países, aliás mais pobres do que o nosso, na América Latina, no objetivo de garantir recursos suficientes para pelo menos aproximar-nos do que está na Constituição e nas leis, as ações efetivas em favor da saúde.

Queremos um Estado realmente comprometido com as ações necessárias para que a saúde seja um direito fundamental da pessoa.

Quanto ao Estado de Minas Gerais, este Parlamento poderia dar o tom, mas, como lá, aqui também ele é fortemente influenciado pelo Poder Executivo. E o Poder Executivo daqui teima, sistemática e continuamente, em não cumprir o que já está na Emenda Constitucional nº 29 - e não é aumentar ou alterar o valor referencial. A diferença é que o governo federal cumpre o que está estabelecido na Emenda Constitucional nº 29. Queremos que a regulamentação altere o marco regulador, o referencial, para mais recursos serem aplicados por parte do governo federal. Mas aqui não. Aqui há apenas a diretriz. É aplicar o recurso como manda a diretriz do Conselho Nacional de Saúde. A regulamentação não altera, mas estabelece, fixa o valor que já deveria ter sido cumprido desde 2004. E, insistentemente, são sete anos de resistência de governos sucessivos em não cumprir com as diretrizes estabelecidas para o setor de saúde. E aí contabilizam: recursos que não são do governo, como dos servidores públicos do Estado, para efeito do cumprimento da Emenda nº 29; e recursos que não são aplicados no setor de saúde, como define o regulamento. Nesse caso, a maior variável se chama Copasa. O dinheiro sai direto do bolso do consumidor para pagar as tarifas da Copasa, ferindo todos os princípios fundamentais das diretrizes do Sistema Único de Saúde, da universalização, da equidade e da gratuidade. Os recursos estabelecidos são receitas correntes aplicadas do bolo dos impostos, e não das taxas e tarifas. E essa variável supera R\$700.000.000,00 ao ano.

Aliás, uma situação grave que o Ministério Público está acompanhando - espero que tenhamos resultados definitivos - mostra que o governo de Minas contabiliza, no setor de saúde, recursos da Copasa, mas não os coloca lá. Efetivamente ele não faz a obra que contabiliza, portanto falsifica dados. Isso é grave! Espero que o Ministério Público de Minas Gerais seja mais vigoroso e rigoroso que o Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Outra questão que quero registrar se refere ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Tenho apelado permanentemente a todos os Presidentes e Conselheiros do Tribunal de Contas e refeito o apelo aqui. Que os Conselheiros, em respeito às Constituições e às leis, em respeito à autoridade deles, tratem a política de saúde com os mesmos referenciais, sejam eles aplicados aos Municípios ou ao Estado.

Que razão existe para o Tribunal de Contas impor aos Municípios o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, sob pena de punir os Prefeitos, e usar conceitos diferenciados para o Estado? Essa atitude permite o comportamento frouxo do Estado em relação à aplicação dos recursos no setor de saúde.

Nesse caso, está uma variável que também discutimos nesta Casa: a relação onerosa entre o governo do Estado de Minas Gerais e os governos municipais. Aparentemente, o governo do Estado de Minas Gerais é bonzinho para os Municípios. Os Prefeitos vêm aqui aplaudi-lo. Reúnem sempre grande quantidade de Prefeitos para recepcionar o Governador e participar de eventos do governo, principalmente quando é para ganhar algum recurso compensatório. Mas, à semelhança de muitos, as Prefeituras também se entusiasma mais com as atitudes assistencialistas e clientelistas do que com o direito fundamental na relação de Estado e Federação.

A Federação está prejudicada porque esse direito de compartilhar, responsável e paritariamente, uma função não é sustentado em virtude da sonegação do governo na destinação dos recursos para a saúde. Mas aplaudem o governo quando recebem um mata-burro, uma borra asfáltica, uma ambulância ou qualquer coisa como bem-estar. Precisamos mudar essa cultura. Nossa Federação se consolida como Estado Democrático de Direito, de justiça e de prosperidade, quando as relações legais prevalecem sobre as relações clientelistas e assistencialistas.

Isso precisa mudar; essa é uma relação onerosa, que sacrifica demais os Municípios. Estes deveriam aplicar 15% da sua receita corrente no setor de saúde, mas essa porcentagem não é suficiente para atender às demandas. Assim, quase sempre pressionados pela população, pelos que mais necessitam e que estão às portas dos Prefeitos, dos Secretários de Saúde e das estruturas de atendimento, aplicam 16%, 18%, 20%, 25% ou até 30% da receita. Mas continuam premidos pela população, porque a solução não vem ainda que as Prefeituras apliquem mais, até porque esse é o lado mais fraco, que recebe menos, que tem menos. Vejam como é paradoxal essa relação, que precisa e pode ser repensada na lógica da nossa Federação, do pacto federativo - quem menos recebe é quem mais tem de oferecer. Pela própria Constituição, com a Emenda no 29, o mais frágil é o mais pressionado e é quem mais tem de oferecer. É quem tem de oferecer além do que pode, pela pressão social e pela própria pressão judiciária. Aliás, seria muito importante que fizessemos um levantamento das ações judiciais que demandam a assistência à saúde, ações necessárias e buscadas pela população pela concepção do direito. Assim, poderíamos verificar onde recaem essas ações judiciais. Não deveria ser, principalmente sobre os que não cumprem, sobre os que aplicam menos, e não sobre as Prefeituras? Mas quase sempre a demanda, sob a ação de um Promotor de Justiça ou de um Juiz local, recai sobre o Prefeito, o Município. Essa é uma ação onerosa.

Mas o Município, que menos pode, é também onerado pelo Estado, que pode um pouco mais, em várias outras ações de governo. A Polícia Militar de Minas Gerais, por exemplo, não é sustentada apenas com recursos do Estado; são dezenas ou centenas de Municípios, que, ainda que empobrecidos e sacrificados, têm de desembolsar recursos próprios para garantir a gasolina ou a oficina da viatura policial e as condições que o Estado não oferece à Polícia Militar. Isso acontece também com as ações de fomento que o Estado pretensamente oferece à população por meio, por exemplo, da Emater, do Ima e de outros órgãos de governo. Não recebendo do Estado as condições necessárias para executar plenamente suas ações, esses agentes, esses entes, esses sujeitos do Estado também acabam buscando o amparo das Prefeituras, que são oneradas mais uma vez. As prefeituras mais empobrecidas acabam se submetendo à demanda, à força e à exigência desses órgãos, para, mais uma vez, sacar das suas contas recursos que poderiam e deveriam estar sendo aplicados no setor da educação, na melhoria da estrutura viária, enfim, na viabilização de melhores condições de vida para a população.

Se o Estado não repassa os recursos necessários para o transporte escolar - e é lá na prefeitura que acontece esse fenômeno -, os Prefeitos é que terão de cuidar desse transporte, não só daqueles que estão na rede municipal, mas também quase sempre daqueles que frequentam a rede estadual. Na verdade, essa responsabilidade deveria ser do Estado. Sei de convênios do Estado com vários



Municípios em que o repasse dos recursos estão atrasados ou não ocorrem ou são insuficientes. Isso é uma relação perversa que nenhum Deputado que veio a esta tribuna para dizer sobre a má distribuição dos recursos tributários nesta nação poderia admitir na relação do Estado com os Municípios. Precisamos rever a relação tributária no pacto federativo. Isso é muito importante. No entanto, o discurso dos Deputados do Estado de Minas Gerais de querer cobrar mais do governo federal uma melhor distribuição do governo federal em relação ao Estado tem de também ter a mesma dimensão de voltar a sua cobrança no sentido de que o Estado possa atender melhor os Municípios mineiros. Essa é uma questão fundamental que se coloca na lógica da nossa legislação.

Já que falei do Tribunal de Contas e de todos de lá da mesma forma que o nosso companheiro Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura, gostaria de apelar aos meus ex-colegas desta Casa, Deputados Estaduais que hoje são Conselheiros do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que tratassem a política de saúde com pesos e medidas equivalentes ou iguais, e que esses recursos sejam aplicados para a política dos Municípios ou do Estado de Minas Gerais. Essa é a competência e dever do Tribunal de Contas. É dever moral e constitucional do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Portanto, é com muita fraternidade, meus caros ex-colegas desta Casa - ou colegas de sempre, Deputados, mas atuais Conselheiros do Estado de Minas Gerais -, que peço a V. Exas. que olhem para a saúde de Minas com mais carinho e com o mais profundo respeito à Constituição e às próprias decisões dos seus técnicos do Tribunal. Afinal, esses técnicos têm dado pareceres que permitem aos nossos Conselheiros avançarem mais do que têm avançado atualmente.

Gostaria de tratar de uma outra questão que não está na LDO, mas que repercute sobre ela. Não podemos deixar de levantar essa questão como um desafio para este Parlamento, não só para o governo de Minas, mas também para vários governos de Estado. Trata-se de uma questão que impacta inclusive a LDO, mas de modo decisivo o nosso orçamento, além de comprometer o nosso futuro. Não compromete apenas durante esta legislatura, por 4, 5 ou 10 anos, mas, do ponto de vista de uma, duas ou várias gerações. Sendo assim, não podemos aceitar que essa dívida do Estado continue como ela está. Queremos modificar o perfil e rever a negociação. Ela foi muito ruim para Minas Gerais, e comprometeu o nosso Estado de maneira muito grave. A cada ano, pagamos em torno de R\$4.000.000.000,00. Ou seja, anualmente essa dívida aumenta em R\$5.000.000.000,00, R\$6.000.000.000,00. Se tivermos de pagá-la, como está no contrato, até 2028, 13% do nosso orçamento será destinado para o pagamento da dívida. Mas, pelo que sabemos, até hoje, 13% não será mais o referencial para os 10 anos restantes para a liquidação da dívida, e, sim, mais de 34%. Isso significa, Deputado Celinho do Sinttrocel e Deputado Fabiano Tolentino, que não teremos nenhuma condição de fazer nada. O sacrifício é acima do razoável. Pagar essa dívida significa renegociá-la, mas também fazer uma auditoria dela.

Não é possível aceitarmos que essa dívida seja contabilizada e que os mineiros a paguem, principalmente os que mais precisam, sem saber como foi originada, para que foi destinada, em que resultou, onde é legítima e como está sendo contabilizada. As auditorias feitas, onde foram feitas, em dívidas de Estado, até na dívida da União, têm sinalizado que há recursos contabilizados que não foram fruto de recursos destinados para atender o interesse da Nação, interesse do povo, interesse de Minas. Não é possível que aceitemos pagar o que não devemos. A auditoria vai revelar o que devemos e, daí, estabelecer em que condições vamos pagar. Minas tem possibilidade de crescer muito mais se for menos penalizada com essa situação.

Quero tratar de algumas questões que podem parecer de menos importância para alguns, mas que considero muito valorosas da nossa luta e do nosso trabalho. Ajudamos a contribuir para avançar e criar as condições para melhorar as ações governamentais e ter resultados mais favoráveis no sentido do desenvolvimento, do combate à fome, do combate à miséria, da promoção da dignidade humana, do respeito à nossa cultura. Falo das audiências públicas que fizemos, e está aqui o Deputado Fabiano Tolentino, meu colega na Comissão de Esporte, jovem há muito menos tempo do que eu. O que nós fizemos na Comissão, e ainda faremos, é colocar esta Assembleia Legislativa como espaço do diálogo permanente, acompanhando as importantes obras que precisam, podem e devem ser feitas em Minas Gerais, com a participação dos governos, das instituições governamentais e da iniciativa privada. Assim, poderão estar prontas para acolher, com conforto, segurança, tranquilidade, serenidade e entusiasmo, os milhões de pessoas que virão do mundo inteiro para a Copa das Confederações de 2013, para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Não se trata apenas das obras dos estádios, mas das intervenções do Estado na cidade. Vamos colocar essa comissão trabalhando permanentemente em audiências públicas, visitas e ações para contribuir para que o esporte em Minas seja um fator de desenvolvimento humano, alegria e consolidação da cidadania e da autoestima do povo mineiro e brasileiro. Registro a minha alegria e prazer de participar dessa Comissão, e sinto-me renovado em minha juventude por participar com quatro outros jovens parlamentares. Concedo aparte ao Deputado Fabiano Tolentino.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Primeiramente, cumprimento o Presidente e os Deputados presentes. Estamos chegando ao final deste semestre, que foi muito proveitoso, aprendi muito. Agradeço a V. Exa. pelos conselhos e pela hospitalidade com que nos recebe. Observo ao máximo todos os seus pronunciamentos, pois ganhamos muito. Quando se fala em transparência na dívida, é preciso termos uma melhor condição. Quando se fala do esporte, das obras que serão feitas visando à Copa do Mundo e às Olimpíadas em todo o Brasil, isso engrandece muito esta Casa e a nossa Comissão. Em nome da nossa Comissão e do Presidente, Deputado Marques Abreu, presente nesta Assembleia todos os dias, agradeço a V. Exa. por estar conosco e nos ensinando cada vez mais. Sempre que possível, trilharemos um espaço comum em prol de Minas Gerais e do nosso esporte, mas principalmente em prol da transparência e de um bom trabalho, que é o nosso dever nesta Casa. Muito obrigado por estar sempre conosco dando-nos bons conselhos. Parabéns pelo trabalho, que admiro muito. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sou eu quem agradeço. Quero dizer que lá sou aprendiz. Vocês, pela experiência e convivência com o esporte, pela experiência na Secretaria de Esporte de Divinópolis, também os Deputados Marques Abreu e Gustavo Perrella, todos, em relação ao esporte mineiro, são muito mais conhecedores dessa área do que eu. Sou aprendiz e quero ajudar com a experiência que tenho e contribuir para crescermos nessa área. É uma comissão muito jovem e de jovens da Assembleia Legislativa. Estou muito honrado de participar dela.

Quero também dizer que estou muito feliz de participar, em nome da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de um órgão importante do governo do Estado, com a Presidência e a coordenação de uma pessoa abençoada e que abençoa a todos: o Conselho

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Faço parte desse Conselho, representando a Assembleia de Minas. Lá estamos tratando da questão da segurança alimentar, do alimento seguro e de qualidade; de valorizar a agricultura familiar, tão importante, para garantir alimento saudável para a população mineira e brasileira; de algumas questões, de algumas variáveis importantes que estão nascendo, neste Estado e neste país, com enorme potencial. Com a percepção luminosa, o ex-Presidente Lula, quando tomou posse, no primeiro mandato, criou a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca. Agora há o nosso Ministério da Pesca e da Aquicultura. Então estamos tratando dessa questão em Minas, que é considerada o berço das águas, a caixa d'água do Brasil, que possui uma potencialidade enorme na produção de peixes e outros produtos das águas, a aquicultura. No Consea, aqui na Assembleia Legislativa, em minhas relações com o governo federal, sempre estou expondo essa questão em pauta. Aliás, é pauta da minha vida parlamentar cuidar das águas, não apenas como uma fonte importante para irrigar, nutrir, gerar energia, mas também de ela mesma ser o lugar onde podemos cultivar muitas riquezas na área da alimentação. Temos um potencial muito grande para isso.

Quero agradecer de modo muito especial o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que acolheu, desde o primeiro momento, uma proposta nossa, minha, do Deputado Paulo Guedes, dos parlamentares, da qual considero que teremos frutos muito bons e importantes. Também considerada uma condição definida pelo governo federal, pelo ex-Presidente Lula, de que, para o desenvolvimento do Nordeste, era e é muito importante a transposição do São Francisco, em que se está aplicando um volume muito expressivo de recursos. Isso está sendo feito em nome do desenvolvimento, da dignidade, da possibilidade de se abastecerem milhões de famílias empobrecidas, para que possam se desenvolver. Somos testemunhas de que à margem do São Francisco, rio da integração nacional, que tem margens muito férteis, há muita gente pobre, que não tem casa digna, que, às vezes, não tem nem registro de identidade, não tem saúde nem oportunidade de conviver com os bens da humanidade e de usufruí-los. Estamos constituindo na Assembleia Legislativa, com o apoio generoso da Presidência desta Casa, de servidores desta Casa, como o Márcio e o Leo, dois técnicos brilhantes, o projeto Cidadania Ribeirinha, o qual integraremos com universidades, instituições não governamentais e estatais, para que aquele povo receba os benefícios do progresso, do conhecimento e da técnica, para chegarmos à situação, pela qual todos estamos batalhando e avançamos na Assembleia Legislativa, de termos um País digno e desenvolvido. País desenvolvido é país que não pode admitir a pobreza em sua estrutura. Quero deixar essa questão registrada.

Por último, quero também registrar - faz parte da minha vida, da minha história, até de criança, e da cultura de Minas Gerais - as audiências públicas que realizamos na Comissão de Saúde. Realizamos uma audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária, em que tratamos da questão do queijo minas artesanal.

É um produto da mais alta relevância para dar sustentabilidade à agricultura familiar, a milhares de produtores - em torno de 30 mil. É extremamente importante na nossa alimentação, na economia e na cultura do Estado. Minas não tem como se divorciar e se dissociar, na sua história e na sua cultura, do queijo de minas artesanal. Tratamos isso com muita seriedade e não queremos que esse produto seja considerado clandestino, que ele seja negociado e transportado como produto clandestino, perigoso. Ele não o é, é um produto importante para nossa economia e nossa vida. Faz parte da nossa história e da nossa luta, parte dessa cultura mineira está integrada também aqui na nossa comissão. Tenho muito orgulho de participar da construção dessa história e da defesa desse valor cultural, econômico e familiar de Minas Gerais.

No mais, Presidente e Deputados, fico muito agradecido e honrado por estar aqui, neste semestre, concluindo essas atividades. Podemos sair daqui dizendo que, com todas as adversidades e dificuldades, deixamos bons frutos para o desenvolvimento de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, parece-me que sou o último Deputado a discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Portanto, vários Deputados que me antecederam, em boa medida, particularmente os do meu partido, o PT, anteciparam algumas questões que consideramos relevantes. Talvez, em função disso, nem precise utilizar todo meu tempo. Mas considero alguns aspectos importantes, Sr. Presidente. O primeiro deles é que a LDO deste ano tem um papel, não diria menos importante, mas relativizado em relação aos anos anteriores, porque neste ano, como discutiremos o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, o plano de metas para 2012 obviamente não veio anexado à LDO, uma vez que ele será determinado pelo PPAG. Queria ressaltar isso porque considero o PPAG muito importante.

Nesse sentido, abro aqui o debate, porque se trata da Lei Orçamentária. Houve uma previsão para 2011, Deputado Adelmo Carneiro Leão, de que a Copanor, subsidiária da Copasa, implementasse ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades com menos de 200 habitantes, em sua área de atuação. Ela começou sua atuação pelo Vale do Jequitinhonha. A ação no PPAG para este ano foi discutida nas audiências da Assembleia de revisão do PPAG. Todos que acompanharam - Deputados e até o corpo técnico da Assembleia - perceberam que a maior demanda era água em comunidades com menos de 200 habitantes. A Assembleia aprovou essa ação porque a Copanor, arbitrariamente, sem consultar ninguém - e não estava na lei que a criou -, adotou um critério de não atendimento a comunidades com menos de 200 habitantes. Então, colocamos isso como ponto central do nosso debate neste ano.

Deputado Celinho do Sinttrocel, água é um bem universal. Não se pode hierarquizar - sabe Deus com que critérios! -, porque a água é um bem para todos; não se pode hierarquizar e dizer quem pode e quem não pode beber água. O Presidente Lula lançou o Programa Luz para Todos - para todos, é um programa universal. Abastecimento de água precisa ser um programa universal. Ninguém veio aqui explicar isso, nenhum Deputado da base do governo, nem mesmo os representantes do governo e o Presidente da Copanor souberam explicar. Quem acessa o "site" da Copanor verá: "Comissão já atendeu comunidades com mais de 200 habitantes".

Pois bem. Quando houve o desmembramento da Copasa, eu os alertei aqui. A Copasa dá muito lucro, abriu o capital e os acionistas exigiram que aquela parte que despense mais investimento fosse isolada. Essa é a lógica. Então, criou-se a Copanor, com o argumento de que teria mais investimento e que ficaria mais barato. Hoje a Copanor padece em função da falta de recurso para investimento, e a Copasa recebe lucro atrás de lucro. Formamos uma comissão - o Deputado Luiz Henrique, do PSDB, nos acompanhou -, visitamos comunidades do Jequitinhonha.



Srs. Deputados, aqui está uma pequena amostra da água que as pessoas são obrigadas a beber no Jequitinhonha. Essa água é da Lagoa do Boi Morto, situada na cidade de Araçuaí, uma comunidade composta de pessoas trabalhadoras e bem intencionadas. Elas retiram essa água de um poço sujo e a colocam naquelas vasilhas penduradas em jegues, para ser transportada até suas casas e depois consumida. Essa água é colocada diretamente no filtro, quando a família tem um filtro, mas isso também não resolve o problema, ou é fervida. Tivemos o cuidado de levar uma amostra à Faculdade de Farmácia da UFMG, e o pessoal de lá ficou assustado, pois tudo de ruim existe nesta água. A amostra oficial registrou: “Absolutamente imprópria para o consumo humano”.

A Assembleia passava por um período muito tumultuado, nos últimos dias, mas aprovamos, por unanimidade, um relatório na Comissão de Participação Popular. Visitamos também comunidades em Francisco Badaró e em Virgem da Lapa. O Rio agora está quase secando, tem apenas um restinho de água. Deputado Fabiano, crianças acordam às 3 horas da manhã, descem com o jegue, põem água em garrafas PET, sobem para casa para tomar banho, depois andam mais um pouco para pegar o transporte escolar. Esta é uma água limpa, que todo cidadão brasileiro tem direito de beber, até mesmo eu.

- Exibe copo com água.

O Deputado André Quintão* - Esta aqui é a água que eles pegam, carregam em jegues, põem para ferver e bebem. Nos depoimentos registrados, com muita competência, pela equipe da Assembleia, as pessoas falavam: “no dia em que cozinhamos ou tomamos água, não lavamos roupa; no dia em que lavamos roupa, não lavamos vasilhas; no dia em que tomamos banho, não lavamos nem roupa nem vasilhas. Esse é Minas Gerais, o melhor Estado para se viver! Para quem viver? Será que é para essas pessoas do Vale do Jequitinhonha? Essa é uma ação que está no PPAG. Tenho certeza de que o Governador não tem consciência da situação em que essas comunidades vivem. Isso deve ser porque as pessoas falam: “Governador, está indo tudo bem”. Só pode ser isso. Ninguém, em sua consciência, pode admitir uma situação dessa natureza. Então, o que estamos ponderando é que o Estado tem de disponibilizar recurso para essa prioridade. É lógico que o Estado não tem recurso para tudo. Todos os que me conhecem sabem que não sou um Deputado demagogo, que pega uma bandeira e diz: “tem uma bandeira ali, então vou carregá-la; tem uma reivindicação ali, então vou assumi-la”. Não é assim! Sabemos que existe orçamento, receita, despesa, receita vinculada, despesa com pessoal e custeio. No entanto, estou falando aqui de água para abastecimento humano. Não estou falando, Deputado Adelmo, de água para produção, para irrigação ou para agricultor familiar, que, sabemos, é fundamental. A nossa visita ao Jequitinhonha foi feita em maio. Deputado José Henrique, estamos em julho, em agosto não vai dar nem para fazer cacimba, e o rio já secou completamente.

O caminhão-pipa enfrenta dificuldades, assim como a Prefeitura. Não é possível pegar água no rio, que secou. Não compreendo a lógica da Copanor, gostaria que alguém me explicasse. O Presidente da Copanor até nos recebeu muito bem, de forma muito bem-educada e competente, quando nos explicou a situação. Todavia, explicar o inexplicável é difícil. A Comissão de Participação Popular está tentando uma audiência com o Governador para entregar-lhe a amostra dessa água, para ele vê-la. Ele precisa ver essa amostra da universidade federal, assim como o relatório da visita. É uma questão de honra para esta Casa a Copanor rever esse critério. Não ficarei quieto enquanto a Copanor não rever esse critério, que é um atentado contra a política pública, é um atentado contra o ser humano. Até compreendo que não é possível disponibilizar água para todos de uma vez só, mas queria que nos explicasse, até tecnicamente, o que está acontecendo.

A Copanor celebra um contrato-programa com o Município e lista as comunidades com mais de 200 habitantes. Então, monta na cidade, na sede do Município, uma casinha. Há a moto, o pessoal - três ou quatro pessoas. Daí em diante, começa a atender as pequenas comunidades, quando dizem que essas pequenas comunidades podem ser beneficiadas com emenda parlamentar. A Secretaria de Desenvolvimento Regional Urbano - Sedru - pode instalar algum sistema de água, assim como a Funasa e o Prefeito. Pode ser feita uma “vaquinha”, um bingo para ajudar. Imaginemos que tudo seja assim. Mas e a manutenção? Fui a comunidades, como a Lagoa do Boi Morto, onde em determinada época apareceu um poço, uma bomba. No entanto, não havia manutenção por falta de gerenciamento. Hoje o Município está concedendo isso à Copanor. Às vezes o pessoal da Copanor passa na frente dessa comunidade, em direção a outra que possui mais de 200 habitantes, e deixa de dar manutenção num posto eventualmente conquistado por alguém que fez gestão na Funasa, que se utilizou de emenda parlamentar. Eu mesmo destino emenda parlamentar com essa finalidade para a comunidade que me faz essa solicitação.

Discutirei a LDO. Deputado Adelmo Carneiro Leão, há outra coisa grave. Essa discussão da saúde é polêmica: pode usar recurso? Não pode usar? E o saneamento? E os recursos hídricos? Hoje o que a Copanor possui são recursos do Fundo Estadual de Saúde. Há repercussão para a saúde? Há, mas e o recurso direto do Estado? E a Copasa não ajudará a Copanor?

Quando foi criada a Copanor, alertei a Casa ao dizer que defendia o subsídio cruzado. A água consumida em um prédio chique do Sion é muito mais barata que a água de uma comunidade rural que fica a 80km da sede de Araçuaí. Quem é da classe média-alta pode pagar a água com subsídio cruzado. É preciso, de alguma maneira, subsidiar o interior. Ao criar-se a Copanor, o preço da água para quem mora num prédio chique do Sion ficou mais barato? Não. A diferença é que a Copasa passou a obter lucro, que dividiu com os acionistas. Sinceramente considero que essa é uma questão de política pública grave.

Da mesma forma como faço críticas, eu me disponibilizo, porque o Plano Brasil sem Miséria prevê recursos hídricos para consumo humano, principalmente por meio de cisternas, que é uma boa alternativa, uma vez que recolhe, que capta a água das chuvas.

Só que, numa região onde chove pouco, a água captada, ainda que no período de chuva, muitas vezes não é suficiente para atravessar todo o período de estiagem. Então, não há mais nenhuma alternativa mágica. Existe lugar em que é só isso, existe lugar em que o caminhão-pipa pode chegar, existe lugar em que furam poço e poço dá água. A Lagoa do Boi Morto tem a Barragem do Calhauzinho a 1km. É colocar um bombeamento e puxar água. Mas quem pensará essas alternativas?

Fui à Copanor e perguntei quantas comunidades com menos de 200 habitantes não tinham água nessa região de cobertura da Copanor, e a resposta foi que não sabiam. Então, a primeira coisa que tem que ser feita é essa pesquisa. Se a empresa foi criada, deve ter conhecimento dessa situação. Tem que contratar uma pesquisa de campo, tem que ir às prefeituras, tem que mapear, fazer um mapa do desabastecimento de água para consumo humano. A partir daí se estabelece um plano, uma estratégia. O governo do Estado tem pessoas competentes para desenvolver essa missão, e o Governador é especialista em política pública dos mais competentes.



Reconheço e sempre reconheci isso de público. Se estão faltando recursos, vamos procurar em outro lugar. Até para se fazer um plano de investimento tem que se saber qual é a real demanda. Acho que a Copasa podia dar uma mãozinha também. É isso que está acontecendo.

A Cemig está com lucros abusivos, indo até para outros Estados e outros países, aquele expansionismo, e, às vezes, não resolve o problema de uma rede numa cidade pequena. O tanto de gente que está morrendo por causa da terceirização. Centralização. Tem havido depoimentos muito graves do processo da Cemig.

A Copasa é a mesma coisa. Ela podia reverter a situação. Estou fazendo uma proposta objetiva, primeiro, para o Governador pedir à Copanor para, em período de urgência, fazer um diagnóstico e saber qual é a real carência de comunidades com menos de 200 habitantes; depois, um plano adequado de atendimento dessas comunidades; depois, verificar o custo; depois, verificar quais são as alternativas apontadas; depois, verificar o que é Copanor, o que é direto, o que é via Sedru, o que é via Funasa. Mas o monitoramento e a gestão é da Copanor, por lei aprovada por esta Casa. Depois o Município aprova o contrato e programa com a Copanor.

Deputada Maria Tereza Lara, esta é a água que o pessoal está bebendo. A Faculdade de Farmácia da UFMG fez a análise, em documento oficial aprovado pela Comissão de Participação Popular, com a presença do Deputado Luiz Henrique. Essa é a primeira questão.

A Copanor hoje não tem recurso, o recurso que tem é do Fundo Estadual de Saúde, e a Copasa está esbanjando lucro. Esse é um problema gravíssimo, pois a água é direito universal. Guardarei aqui a garrafa de água suja, pedindo sensibilidade ao governo do Estado. Solicitamos uma audiência com o Governador Anastasia para levar-lhe o relatório da Comissão de Participação Popular. Se a Copanor está com problema de recurso, vamos correr atrás, vamos ao governo federal e vamos apertar a Copasa ou tirar de outras áreas. Mas acho que não fica bem para o Estado de Minas Gerais uma situação como essa, que é muito grave, gravíssima. Nós, como Deputados e Deputadas, não podemos dormir em paz com a consciência sabendo que em Minas há crianças tendo que acordar de madrugada para pegar água de rio que está secando, em garrafa PET, para tomar banho e ir para aula, para não ficar com vergonha dos coleguinhas que moram na sede do Município, que chegarão limpos.

Não é possível que o Estado não vá resolver isso! Já estamos levantando essa questão há quatro, cinco meses. Fico até me perguntando se no segundo semestre não teremos de fazer obstrução aqui na Assembleia para mudar os critérios da Copanor. Obstruímos com razão e, graças a Deus e a condução dos nossos Líderes Rogério Correia e Antônio Júlio, com resultado e com a sensibilidade dos Líderes de governo, abriu-se a negociação com as categorias profissionais. Estou pensando seriamente em propor ao Bloco Minas sem Censura, no segundo semestre, fazer obstrução. Escolheremos o projeto mais importante do governo e obstruiremos até a Copanor retirar esse critério esdrúxulo, arbitrário, desumano de não atender comunidades com menos de 200 habitantes.

Então, queria aqui fazer esse apelo ao Governador, que sabe que tenho um grande respeito por ele. É uma pessoa séria, comprometida com o interesse público, das mais competentes que conheço na gestão pública. Mas queria renovar esse apelo, Governador, para que a Copanor pudesse atender a essas pessoas. Não estou aqui criticando quem está na Copanor. Acredito que o problema deve ser estrutura e recursos, mas recursos para quem está precisando de água de beber não pode faltar. Então, esse é um aspecto que eu queria destacar, porque está no Plano Plurianual a ação prevista para 2011, que não está sendo cumprida.

A segunda questão, Sr. Presidente, é com relação às emendas que apresentamos. Quero aqui agradecer ao relator Romel Anízio, que relatou, com muita competência, a LDO, e ao Deputado Zé Maia, que acolheu uma solicitação da Comissão de Participação Popular, realizou uma audiência pública, como vem realizando há alguns anos. Nessa audiência pública, surgiram várias ideias transformadas em emendas da comissão e deste Deputado, que foram acolhidas. Uma delas, muito importante, diz que, na implementação de programas de fomento, o BDMG conferirá prioridade aos médio, pequenos e microempreendimentos, em especial aos da economia solidária, dos pequenos produtores rurais, dos agricultores familiares, das associações e cooperativas, particularmente dos catadores de material reciclável, de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades indígenas. Isso porque, às vezes, aquele crédito para quem mais precisa é tão burocratizado, com tantas barreiras e, muitas vezes, as agências de fomento têm tanta má vontade, que quem realmente precisa não acessa o crédito. Assim, agradeço ao Deputado Romel que acolheu essa emenda.

Uma outra emenda importante é a que estabelece que, na estrutura do Orçamento, teremos o indicador do que seja emenda popular. Desde 2003, aprovamos centenas de emendas populares, mas, às vezes, o gestor do governo não tem a clareza de que aquela emenda foi resultante de discussão participativa na Assembleia Legislativa. Então, a partir de agora, e foi aprovado isso na LDO, vai-se identificar, por meio do indicador, a emenda popular, que vem com o aval da população, dos Deputados e das Deputadas desta Casa, independentemente de partidos. Não é a emenda do Fabiano Tolentino, do André Quintão ou do Sebastião Costa, é a da Assembleia Legislativa, a partir da demanda da sociedade. Terá esse indicador para o gestor não ficar amarrando na hora de executar a emenda. Criticamos na hora de criticar; elogiamos na hora de elogiar. A realização do Festivale, este ano, em Jequitinhonha, cidade que completará agora 200 anos, será em boa parte garantida por emenda popular. A Secretária de Cultura, Eliane Parreiras, pessoa de uma excelente educação, de competência muito reconhecida, empenhou-se muito nessa realização, e essa emenda será aplicada.

Deputado Sebastião Costa, é importante. Se o gestor disser que é popular, todos saberão que é todo mundo e não entrarão naquela negociação legítima dos partidos, dos Deputados etc. Então, esse indicador foi aprovado.

Destacarei outra questão importante. Aliás, o Deputado Romel está de parabéns, pois a acolheu na íntegra. Espero que o Plenário não a derrube, pois não está aqui para isso. Acrescentamos na LDO o seguinte artigo que cita que na execução orçamentária não haverá contingenciamento de recurso destinado. As ações diretamente relacionadas com criança e adolescente são prioridade absoluta e, no último dia 13 de julho, o estatuto completou 20 anos. Isso é prioridade absoluta. A Assembleia está seguindo o estatuto ao aprovar essa emenda. Ou seja, obriga o Estado, faça sol, faça chuva, a não contingenciar. O que é contingenciar? Cortar, segurar, amarrar ou reter. Então, a Assembleia está dando exemplo, pois, hoje, com o aval do Deputado Romel Anízio, aprovará uma emenda que não permite ao Estado cortar recursos, na área da criança e do adolescente, da assistência social.

Vejam como as coisas se concatenam. Hoje aprovamos, em 2º turno, o Suas em lei, em Minas, garantindo transferência regular e automática do recurso da assistência para o Município. Agora, amarramos na LDO, ou seja, o Estado não pode contingenciar isso.

Cercamos pelos dois lados: na lei do Suas, autorizando; e, na LDO, impedindo o contingenciamento. Além disso, a emenda impede o contingenciamento na área da segurança pública. Todos os que nos acompanham sabem que hoje esse assunto é a grande demanda da população. Não pode haver também contingenciamento em ações oriundas de emendas populares. Isso é importantíssimo, principalmente neste ano, em que a Assembleia fará a discussão participativa do Plano Plurianual. É fundamental que tudo que saia daqui não seja contingenciado lá na frente. É importante aprovarmos isso em Plenário.

Restou uma pendência: a emenda que segue a lei federal obrigando o Estado a adquirir, no mínimo, 30% da alimentação escolar diretamente da agricultura familiar. Sei que o governo tem resistência em colocar isso na LDO, pelas dificuldades de implantação da lei - e compreendi as razões do relator. Obviamente, destacaremos isso em Plenário, aceitando o resultado democrático apresentado, mas acho a emenda importante. É outro assunto em que o Estado podia avançar. Minas Gerais tem quase 4 mil unidades escolares, são 3.800 escolas, 46 Superintendências e quase 4 milhões de crianças e jovens na rede pública. No entanto, imaginem quantas nutricionistas para acompanhar o programa de alimentação há em todo o Estado? Quantas nutricionistas, em 3.800 escolas? Quantas nutricionistas, em 46 Superintendências? Uma.

Fizemos um ciclo de debates sobre alimentação escolar sugerindo que haja, no mínimo, uma nutricionista e uma auxiliar técnica de nutrição em cada Superintendência para, junto com a Emater, organizar o trabalho de efetivação da Lei nº 11.947, de 2009, do Presidente Lula. D. Mauro Morelli, Presidente do Consea, figura que estimamos muito, e a Secretária Ana Lúcia Gazzola, que também merece nossa estima, já estão trabalhando nisso com um grupo de trabalho. Acho fundamental, por isso não vejo problema em colocar essa previsão na LDO, pois servirá de reforço àquelas ações que a Secretária Gazzola, D. Mauro Morelli e o Edmar Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar, estão realizando.

Aliás, Deputado Rogério Correia, temos discutido isso: poderia ser a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar ao invés de Subsecretaria. E estamos avançando na Subsecretaria. Todos estão empenhados junto à Emater para fazer cumprir esse dispositivo da lei.

Quero dizer que conseguimos avanços na LDO e estamos nos preparando para a discussão, no segundo semestre, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Já temos a parceria com o Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Zé Maia, e a Secretária Renata Vilhena. Devemos acertar os detalhes do PPAG Participativo 2012-2015, e haverá ainda um seminário para discutir o combate à miséria extrema em Minas. Serão 11 encontros regionais em todo o Estado de Minas Gerais. Ontem foram formadas as comissões técnicas interinstitucionais, que trabalharão até o dia 12 de agosto produzindo relatórios. Do dia 5 de setembro a 7 de outubro, haverá os encontros descentralizados. Depois, nos dias 22, 23 e 24 de outubro, haverá a rodada final na Assembleia. As propostas aqui aprovadas serão encaminhadas ao PPAG.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Deputado, com muito prazer, peço este aparte. Sou um admirador do seu trabalho, desde a época de Vereador em Divinópolis, quando montamos juntos ali a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Assistência Social. Ali vislumbrei, aliás, uma chance de estar nesta Casa a fim de trabalhar pelo lado social, pela assistência social, conhecendo as dificuldades do setor. Desejávamos a implementação de mais Cras. Quando V. Exa. fala na questão da descentralização do nosso trabalho para as cidades, também me coloco à disposição junto a Divinópolis e todas as cidades do nosso entorno para que possamos realizar ali a discussão sobre a miséria, uma questão que está sendo abordada pelo governo da Presidente Dilma, e também a segurança pública nas escolas. Sabemos também que haverá várias ações sobre esse tema, que é relevante e de muita importância. Então, poderemos levar essas discussões a Divinópolis e às cidades da região Centro-Oeste. No mais, quero realmente parabenizar V. Exa. pelo trabalho, dizendo que todas as iniciativas que estão na lei são boas e benéficas e vêm a calhar.

Concordo com V. Exa. sobre a questão da água. Penso que não tem como conceber que uma população, mesmo sendo ela pequena, possa consumir uma água nessa condição. Aí, sim, não estamos tratando da situação como ela deve ser, estamos deixando que as pessoas adoçam, às vezes, por falta do mínimo que é a questão sanitária, a questão da água. Então, parabéns a V. Exa. Todos os pontos que V. Exa. aborda são muito bons e ajudam tanto o Parlamento quanto, principalmente, toda a nação mineira. Neste momento quero parabenizar V. Exa. e dizer que Divinópolis e a região Centro-Oeste estão sempre de portas abertas para o Deputado André Quintão, a fim de que possamos fazer jus a vários projetos para aquela região. E, principalmente, também devemos trabalhar por uma Minas Gerais cada vez mais forte. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado André Quintão* - Eu é que agradeço ao Deputado Fabiano Tolentino. Acompanho o imenso reconhecimento que tem V. Exa. na área da assistência social de toda aquela região, em razão do seu trabalho na Câmara Municipal e na Prefeitura, na área de esporte e lazer. V. Exa. conseguiu, aliás, servir de exemplo, pois implementou, na Câmara Municipal de Divinópolis, a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e hoje também tem ajudado a Assembleia a encaminhar essa discussão junto a outros Deputados e Deputadas. Acho, aliás, que Divinópolis poderia até sediar um dos encontros descentralizados, pois é uma cidade-polo importante. Esse será o tema do segundo semestre. Então, seria importante que todos os Deputados e Deputadas se incorporassem nesse assunto, porque o debate é muito estratégico. O plano Brasil sem Miséria tem linhas: transferência de renda, acesso a políticas públicas e inclusão produtiva. Então, teremos um espaço para discutir essa temática em todo o Estado e traremos resultados concretos para o PPAG.

Antes de conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, quero fazer um elogio à sua postura. V. Exa. conduziu, junto com o Deputado Antônio Júlio, tão bem esse processo de negociação. Contamos também com a participação do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Casa, do Deputado Luiz Humberto, do Deputado Mourão, do Deputado Gustavo Valadares, dos Líderes do Governo e do Deputado Mauri Torres, ex-Líder, mas um líder quase informal, pois compartilhou conosco esse processo. Ele já foi nomeado Conselheiro, já saiu publicada sua nomeação. Ainda não tomou posse, mas já houve a publicação da sua nomeação como Conselheiro do Tribunal de Contas.

V. Exa. soube ser determinado e firme nas posições quando assim se exigia, foi flexível nos momentos em que a negociação era o melhor caminho para que fossem reabertas as discussões, os debates com os professores. V. Exa. e o Deputado Antônio Júlio

lideraram, de maneira muito positiva, nesse processo, o Bloco. Parabenizo também os professores e trabalhadores, que, com muita luta, conseguiram esse espaço.

Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia, amigo de longa data. Aliás, Deputado Rogério Correia, lembro-me de que, na Câmara de Vereadores, com 41 Vereadores, eu e V. Exa. fizemos uma obstrução. A nossa Bancada só tinha dois Vereadores. Hoje, aqui, está mais equilibrado, 54, 23. Na Câmara houve um período em que, de 41 Vereadores, apenas 2 eram do PT. V. Exa. é um parlamentar brilhante e tem conduzido muito bem o Bloco Minas sem Censura. Concedo-lhe aparte.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado André Quintão. É claro que a contribuição de V. Exa. no Bloco tem sido inestimável. V. Exa. lembrou muito bem tal processo de negociação. Eu conversava há pouco com a Sra. Beatriz Siqueira, do Sind-UTE, e V. Exa. muito bem lembrou ao ressaltar o papel das Lideranças.

O Deputado André Quintão* - Eu diria que se trata de uma das maiores lideranças sindicais do País; uma liderança emergente, uma pessoa de muita fibra, competente.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Desejamos a ela, à Beatriz, e a todos os professores que haja uma decisão tranquila sobre o que fazer. Sei que ela está com um “pepino” na mão, grande, não é? Há ameaça de o governo cortar ponto, reprimir, enfim, não é uma tarefa fácil para o Sindicato. Mas quero também ressaltar, como V. Exa. fez, o papel importante do movimento social aqui na Casa, da saúde, da educação, da segurança pública, também uma marca das nossas discussões no primeiro semestre. Parabenizo o Deputado pela lembrança desse fato, assim como parabenizo os dirigentes sindicais, na pessoa da Beatriz, desejando sucesso nas negociações.

Ainda sobre esse assunto, reitero que eu e o Deputado Paulo Lamac fazemos parte da comissão de negociação da educação e o Deputado Adelmo Carneiro Leão está na da saúde, representando o Minas sem Censura, junto com os Deputados do Bloco do governo. Esperamos que até o final do mês de julho cheguemos a um acordo, para apresentarmos em agosto, que as soluções finalizaram. Eu disse claramente aos representantes do governo que esperamos que essa negociação seja para valer, e não, uma negociação de brincadeira, para inglês ver. Durante o mês de julho estaremos vigilantes. Entraremos em recesso, mas as comissões da negociação, tanto a da saúde quanto a da educação, trabalharão nesse período buscando aprimorar o acordo entre as categorias e o governo.

Quero também, Deputado, parabenizá-lo pelo trabalho que tem feito em favor do Jequitinhonha. Quando vi a garrafa com água, se fôssemos da Minas da fantasia, acharíamos que fosse garapa. Provavelmente a Minas da fantasia diria que é garapa. Mas a Minas da realidade, infelizmente, é essa que V. Exa. mostrou, a Minas da água suja do Jequitinhonha, que o povo é obrigado a beber por falta, completa, de política social.

Essa ideia que V. Exa. apresenta, de fazer uma caravana para realizarmos um debate dos pontos sociais do segundo semestre, do PPAG, é fundamental, Deputado. Quero acolher essa sugestão de V. Exa. para o Minas sem Censura, para vermos os programas sociais nacionais que estarão em curso - do governo da Presidenta Dilma, na sequência daquilo que foi construído pelo Presidente Lula -, trazendo-os realmente para Minas Gerais - para a Minas real, e não, a Minas da fantasia -, para que essa experiência chegue a Minas com a força que deve ter o governo de Minas e que, infelizmente, não está tendo.

Aproveito sua sensibilidade, Deputado, para construir políticas públicas, tarefa que a Comissão de Participação Popular vem fazendo, para que o Minas sem Censura tenha, no segundo semestre, além da marca da Oposição, a marca da construção do governo da Dilma em Minas. Parabéns pela sua atuação. Vamos construir, no segundo semestre, essas ideias.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, eu teria muito mais a dizer. Antes, concedo aparte à Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado André Quintão, não poderia, de forma alguma, deixar de cumprimentá-lo pela atuação e pelo posicionamento firme nesta Casa. Realmente tenho ouvido, quase que diariamente, as suas considerações sobre a questão da água e da Copanor. De fato, essa situação é inconcebível. Não entendemos como uma empresa criada exatamente para trabalhar no Norte de Minas, onde a população é mais carente, tenha um critério tão contraditório. Essas comunidades, algumas até isoladas, são as que precisam de maior assistência. A lógica tem de ser invertida. Prioridade é para quem mais precisa. A sua fala é corretíssima. Temos de achar alternativas e resolver a situação imediatamente. Temos de saber se será a Copasa, o governo do Estado ou se vamos atrás da Funasa para resolver o problema. Não podemos esperar. Esse posicionamento é de sua iniciativa, mas toda a Casa tem de apoiá-lo, pois é inconcebível não termos uma resposta imediata.

Portanto, cumprimento-o pela atuação firme e competente na Comissão de Participação Popular, que muito tem contribuído para que esta Casa seja cada vez mais aberta à democracia direta e participativa; e pelo seu trabalho com o projeto do Suas, que foi aprovado. V. Exa. tem dado grande contribuição para o avanço das políticas públicas do nosso Estado. Parabenizo-o e deixo o nosso abraço. Que Deus continue abençoando esse trabalho tão competente. A sua presença faz diferença aqui.

O Deputado André Quintão* - Eu teria muito mais a dizer, mas, já sentindo um clima político favorável à votação e talvez desfavorável para que eu continue a falar desta tribuna, quero terminar. Deixo o meu apelo aos Deputados. Eles me conhecem e sabem que sou uma pessoa de diálogo. Tenho respeito pelo professor e Governador Anastasia, mas, nessa questão da Copanor, peço o empenho de todos, pois trata-se de uma questão de humanidade. A Copanor não pode ter esse critério em sua página. Ela tem de rasgá-lo. Este Deputado não virá aqui para pedir que a Copanor atenda todas as comunidades com menos de 200 habitantes de um dia para o outro. Portanto, retirem esse critério. Já participei de uma audiência com o Presidente nacional da Funasa. Vamos à Presidenta Dilma, pois há o Brasil sem Miséria. Não vamos fazer demagogia com a questão, mas precisamos retirar esse critério. Não podemos conceber pessoas beberem água dessa natureza no Estado de Minas Gerais. Isso agride a nossa consciência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 13, 33, 74 a 76, 91, 94, 147 e 148 e do Anexo II. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em

votação, o Anexo II. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5, 12, 53, 54, 63, 77, 79 e 81, ficam prejudicadas as respectivas emendas; com a aprovação da Emenda nº 43, fica prejudicada a Emenda nº 2; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 79, fica prejudicada a Emenda nº 8; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 81 e da Emenda nº 43, fica prejudicada a Emenda nº 17; com a aprovação da Emenda nº 86, ficam prejudicadas as Emendas nºs 50 e 51; com a aprovação da Emenda nº 19, ficam prejudicadas as Emendas nºs 52 e 153; com a aprovação da Emenda nº 15, ficam prejudicadas as Emendas nºs 56 e 88; com a aprovação da Emenda nº 14, fica prejudicada a Emenda nº 59; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 63, fica prejudicada a Emenda nº 69; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 53 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 54, fica prejudicada a Emenda nº 78; com a aprovação da Emenda nº 42, ficam prejudicadas as Emendas nºs 89, 101 e 151; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 54, fica prejudicada a Emenda nº 92; com a aprovação da Emenda nº 40, fica prejudicada a Emenda nº 111. Em votação, as Emendas nºs 1, 3, 4, 6, 7, 9 a 11, 20 a 32, 34 a 39, 41, 44 a 49, 55, 57, 58, 60 a 62, 64 a 68, 70 a 73, 80, 82 a 85, 87, 90, 93, 95 a 100, 102 a 110, 112 a 146, 149, 150, 152, 154 a 156 e 158. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda no 13. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda no 33. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 74.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Gostaria que a Presidência determinasse a leitura da emenda.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita à Sra. Secretária que proceda à leitura da Emenda nº 74.

A Sra. Secretária (Deputada Luzia Ferreira) - (- Lê a Emenda nº 74, que foi publicada na edição do dia 1º/7/2011).

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, duas propostas já foram derrotadas pela base do governo, e gostaríamos de registrar que consideramos que foram derrotas do povo de Minas Gerais: uma, em relação à aplicação dos 12% na saúde pública, em torno da qual já promovemos uma discussão; a outra, do Deputado André Quintão, refere-se ao investimento em políticas sociais.

A Emenda nº 74, que discutimos agora, refere-se à garantia na LDO da aplicação real de 25% na educação pública. Na intervenção que fiz em defesa da LDO e das emendas que apresentamos, quando discurssei da tribuna disse que, no caso da educação, o investimento tem usado um artifício que diminui o investimento nessa área, e que não é permitido no Tribunal de Contas. Em todo Orçamento o governo coloca os inativos como investimento em educação. Ora, no próprio parecer do Tribunal de Contas, os inativos já passam a ser considerados não como investimento na educação, mas como tarefa previdenciária, portanto recursos previdenciários. Os professores aposentados estão sendo, então, considerados investimento na educação. O correto, Deputado Sargento Rodrigues, é não permitirmos que isso aconteça; do contrário, teremos um investimento na educação não de 25%, mas próximo a 19% ou, no máximo, 20%, o que dá um prejuízo enorme à educação pública.

Então, gostaria de pedir aos Deputados a aprovação desta emenda para que tivéssemos a garantia de que os inativos não estarão sendo contados como investimento educacional. É apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 74. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, Emenda nº 75. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 76. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de dizer aos Deputados que não estamos discutindo todas as emendas considerando já o cansaço dos parlamentares. Além disso, o nosso objetivo aqui não é fazer obstrução. Prefiro não encaminhar a emenda anterior, mas apenas gostaria de justificar por que votamos favoráveis à emenda anterior, que tratava sobre o reajuste dos servidores públicos. Propusemos na emenda que esse reajuste fosse de acordo com o crescimento do ICMS, descontado apenas a parte do crescimento vegetativo da receita. É uma pena que essa emenda também tenha sido rejeitada, mas fica aqui o nosso lamento pela não aprovação dessa emenda.

No caso da Emenda nº 76, que diz respeito ao Orçamento Participativo, propusemos que houvesse uma destinação de parcela do recurso para o Orçamento Participativo no Estado. Trata-se de uma contraposição ao tal choque de gestão. Em vez de fazer uma gestão burocrático-administrativa - que é a gestão que tem sido aplicada durante esse período - que promova a participação popular em cada orçamento. Portanto, destinaríamos da receita, Deputado Délio Malheiros, um percentual em que, democraticamente, se discutiria no interior a execução orçamentária por meio do Orçamento Participativo. Peço, então, o apoio dos colegas Deputados para esta emenda que apresentamos.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 76. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, seria possível fazer a leitura da Emenda nº 91?

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita à Sra. Secretária que proceda à leitura da Emenda nº 91.

A Sra. Secretária - (- Lê a Emenda nº 91, que foi publicada na edição do dia 1º/7/2011).

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como as duas outras emendas em seguida têm conteúdos semelhantes, encaminharei apenas esta e deixarei aqui o apelo pela votação das três emendas. Além do mais, todos estamos cansados pelo exaustivo trabalho nesta Casa.

Esta emenda foi apresentada de forma semelhante por meio de lei complementar ou emenda constitucional pelo Senador Aécio Neves, em Brasília. Por isso, peço à base do governo Anastasia, ou melhor, aos anastasistas e aos aecistas, que votem essa emenda. Nesse caso específico, essa emenda é muito útil aos Prefeitos.

Sr. Presidente, essa emenda diz que, caso haja renúncia fiscal por parte do governo do Estado, por exemplo, o ICMS, o Município será recompensado. Isso é importante para os Prefeitos. Então houve renúncia, e geralmente algumas são úteis e outras não. O Deputado Antônio Júlio é mais especialista em instrução orçamentária e nos representa na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O governo compensaria os Municípios nos 25% destinados a ele. Portanto ele pode fazer a isenção fiscal, mas os Municípios não teriam, digamos assim, esse “prejuízo”, entre aspas.

O Senador Aécio Neves apresentou em relação aos impostos nacionais, por exemplo, o IPI. No meu entender, o governo do Presidente Lula agiu corretamente no caso da geladeira, que é a chamada indústria de utensílios brancos. Isso aconteceu naquele momento de crise para o Brasil, e foi, portanto, uma tacada positiva do governo federal. O Governador Aécio Neves, agora Senador, como Governador, preferiu não fazer isso em Minas Gerais, mas agora quer que a Presidenta Dilma faça no Brasil. Então, aproveitando a oportunidade, que se faça também em Minas. É uma boa lembrança do Senador Aécio Neves, e, em homenagem a ele, a base do governo deveria aprovar. Tendo renúncia, teríamos também, em Minas Gerais, a semelhança disso, até para não parecer uma demagogia dele, o que não acredito que seja, conhecendo o Senador, o mais querido. Tenho certeza de que a base não passará o carimbo de demagogia e aprovará a emenda. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 91. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 94. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 147. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 148. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.697/2011 com as Emendas nºs 14 a 16, 18, 19, 40, 42, 43, 86, 157 e 159 a 162 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 5, 12, 53, 54, 63, 77, 79 e 81. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os ilustres colegas Deputadas e Deputados, porque aprovamos aqui, com a relatoria do ilustre Deputado Romel Anízio, sob a Presidência do Deputado Zé Maia, uma emenda extremamente importante para os Poderes do Estado e demais órgãos, mas muito mais importante ainda, Sr. Presidente, para a população de Minas Gerais. Temos insistido nessa questão, objeto de uma proposta de emenda constitucional cujo primeiro signatário é este Deputado, a qual foi subscrita por 76 Deputados desta Casa, e uma emenda que apresentamos à LDO foi parcialmente acatada pelo relator Deputado Romel Anízio. Gostaria de dizer da felicidade da população de Minas Gerais com o teor dessa emenda, porque ela visa a uma maior transparência na administração pública do Estado de Minas Gerais. A emenda aprovada, Subemenda nº 1 à Emenda nº 63, tem o seguinte teor: “Os Poderes do Estado, seus órgãos e entidades, o Tribunal de Contas e o Ministério Público divulgarão, no Órgão Oficial de Imprensa do Estado e em suas respectivas páginas na internet, até o 20º dia do mês subsequente ao trimestre vencido, demonstrativo da despesa mensal realizada no trimestre anterior com remuneração, subsídio e verbas indenizatórias, incluídas as vantagens de natureza pessoal ou de qualquer outra natureza, e de seus servidores, empregados públicos e agentes políticos, ativos e inativos, discriminada por unidade orçamentária e por cargo, emprego ou função e respectivos números de ocupantes ou membros”. Portanto, Sr. Presidente, como essa emenda certamente será sancionada pelo Governador sem nenhum corte, teremos a clareza, a ampla transparência. Porque o Poder Legislativo já faz isso, em que pese uma parcela da imprensa, de forma enviesada, criticar verba indenizatória de Deputado, salário, uma série de recursos utilizados. Porém, o que é dos Deputados está na internet, e qualquer cidadão que deseje saber qual é o salário dos Deputados pode entrar no “site” e ver a prestação de contas. Pode ver, inclusive, quais são as empresas que estão prestando serviços, cujas notas se referem à verba indenizatória gasta pelos Deputados. No entanto, não vemos isso no Tribunal de Contas, no Poder Judiciário nem no Ministério Público. Mas agora, com a aprovação dessa emenda, saberemos quanto gasta o Ministério Público com diárias. A população precisa saber, mas, além da população, compete a este Poder fiscalizar. Por várias vezes e incansavelmente, o Legislativo tem-se colocado em uma situação mesquinha e passiva em relação à fiscalização dos atos dos Promotores, Procuradores, Juízes, Desembargadores e membros do Tribunal de Contas e do Executivo. Agora, a fiscalização será facilitada. Ainda mais que a Subemenda nº 1 à Emenda nº 79, que também foi aprovada, também assegura aos membros da Assembleia Legislativa o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi - e aos demais sistemas para que os Deputados possam exercer com tranquilidade a fiscalização dos atos, que compete à Assembleia. Portanto, teremos a transparência. Por último, Sr. Presidente, lembro a V. Exa., como 1º-Vice-Presidente desta Casa, e aos demais membros da Mesa, que aprovamos hoje, em 2º turno, o projeto de reajuste salarial da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos Agentes Penitenciários e Socioeducativos; já está nesta Casa o projeto de lei com pedido de reajuste para os servidores do Ministério Público e do Judiciário; e o governo já anunciou o reajuste dos servidores da saúde, em duas parcelas. Mas, até o presente momento, a Mesa desta Casa não sinalizou com relação ao reajuste dos servidores do Legislativo. No primeiro dia de Plenário do segundo semestre, estaremos aqui para cobrar da Mesa desta Casa e do Presidente Dinis Pinheiro que se manifestem com relação ao reajuste dos servidores do Legislativo. Temos informações de que os salários dos servidores desta Casa já estão defasados, e muito, com relação ao dos servidores do Tribunal de Contas, do Judiciário e do Ministério Público. Por isso estamos perdendo técnicos altamente qualificados e preparados, que se dedicam a esta Casa. O conjunto de servidores do Legislativo, seja de recrutamento amplo, função pública ou efetivos, aguardam o pronunciamento desta Mesa com relação ao reajuste. Estaremos aqui no primeiro dia de abertura dos trabalhos para fazer essa cobrança novamente ao Presidente e aos demais colegas Deputados que compõem a Mesa. Queremos agradecer a paciência de V. Exa. e dos demais colegas Deputados, agradecer o apoio de todos os servidores desta Casa, inclusive dos Policiais Legislativos, nossos Consultores e demais servidores que se mantiveram aqui na madrugada, acompanhando nosso trabalho



intenso nesta última semana, algumas vezes passando de meia-noite. Mas encerramos hoje com muita satisfação. Desejamos a todos, neste recesso de 13 dias, que Deus os ilumine e acompanhe. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Manifesto a minha inteira concordância com o Deputado Sargento Rodrigues com relação aos reajustes, ao trato dos servidores desta Casa, ao desejo de paz e sucesso aos colegas Deputados. Mas quero dizer que fui designado pela Presidência desta Casa para acompanhar as negociações relativas aos servidores da saúde. Ontem, conversei com a Secretária Renata Vilhena, que afirmou categoricamente que, imediatamente após o término da greve dos servidores da saúde, seria implantada a equipe governamental, para, com os servidores da saúde, tratar da negociação da pauta desses servidores. Estou aqui para anunciar que os servidores da saúde encerraram as atividades de greve e solicitar ao governo do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Planejamento que tomem as medidas para que seja implantada imediatamente a estrutura de governo, com representantes do governo, das Secretarias de Planejamento e da Saúde, representantes dos diferentes órgãos componentes da estrutura de saúde, a fim de iniciar uma análise, um diagnóstico, da proposta dos servidores para obtermos as respostas o mais breve possível. Coloco-me à disposição do governo, dos servidores públicos e desta Assembleia, para, quando necessário, participar da busca imediata da solução, em favor da saúde, dos trabalhadores de Minas Gerais, dos salários, do plano de carreira de cargos e salários, da reposição dos servidores, da melhoria das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas desses servidores. E fundamentalmente para que, ao final, os trabalhadores e as trabalhadoras, o povo de Minas Gerais tenha garantido o que está na Constituição, saúde como direito fundamental de todos e o Estado como corresponsável para prover as condições de atendimento a esses direitos. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Com muita satisfação, chegamos ao final dos nossos trabalhos, pelo menos neste momento. Quero agradecer especialmente aos servidores da Assembleia, porque são eles que possibilitam que o nosso trabalho chegue a todo o Estado. Quero fazer coro, Sr. Presidente, com as reivindicações do Deputado Sargento Rodrigues. Os nossos servidores precisam de valorização. Sei que V. Exa. e o Presidente Deputado Dinis Pinheiro devem estar preocupados com essa questão. Temos muita sensibilidade em relação às questões dos servidores de todos os Poderes. Precisamos olhar com carinho para a nossa Casa, precisamos nos lembrar dos servidores que cruzam o Estado de Minas Gerais conosco, em nossas viagens. Sabemos que o senhor está lembrado disso. V. Exa. tem de ter cuidado, até porque é também um servidor da Assembleia Legislativa. Temos de nos lembrar de todos, que trabalham tanto, dispostos, e que contribuem com o nosso trabalho no Estado, atendendo à população de Minas. Quero registrar isso. Sei que a Mesa deve estar atenta, e esperamos, para breve, um anúncio de aumento para os servidores da Assembleia Legislativa. Quero também, Sr. Presidente, comentar sobre tantas coisas que ouvimos aqui, algumas impressionantes. Parece que não temos informado tudo para as pessoas. Tivemos o cuidado de não falar muito, até para que chegássemos a este final. Mas temos de resgatar algumas coisas. É impossível, por exemplo, não dizer que o Senador Aécio Neves - já tinha até me esquecido, mas o Deputado Rogério Correia, tão carinhoso com o Senador Aécio Neves, está sempre se lembrando dele, e, então, lembramos também do mais querido, do Senador Aécio Neves - não podia dar isenção de IPI, porque quem faz isso é o governo federal. Quando o governo federal dá isenção do IPI, o que cabe aos Estados e aos Municípios, não recebe a divisão. Então, eles, compulsoriamente, participam, porque não recebem dinheiro. Falta dinheiro para os Estados e os Municípios, porque o governo federal fez uma graça, isentando do IPI. Quando é aprovado, por exemplo, um projeto que interessa muito a nós, de incentivo ao esporte, com recursos do Imposto de Renda, que também é federal, é dividido com os Estados e os Municípios. Como o governo federal faz? Faz uma graça com o Imposto de Renda; Estados e Municípios participam compulsoriamente. Eles nem foram chamados, mas participam. O governo federal passou 5 milhões para o Clube Atlético Mineiro, 5 milhões para o Minas Tênis Clube, e um valor para o América fazer o trabalho - não tenho essa informação. Mas esse dinheiro chegaria para o Estado e para os Municípios. Então é importante dizer que Minas Gerais participou sim. Depois, vemos esse sonho, exposto e anunciado aqui, da Funasa, que tinha, no ano passado, 4 bilhões. Quanto foi liberado para o Brasil inteiro? Foram liberados 700 bilhões. Outro dia me encontrei com o Prefeito de uma das cidades. Há mais de dois anos - V. Exa. é majoritário lá, Deputado José Henrique -, estão aguardando recurso da Funasa. Todo dia eles apresentam novo projeto e dizem: "Está faltando isto aqui". É impossível retirar dinheiro da nossa Caixa Econômica Federal, ninguém consegue. É importante resgatarmos as verdades.

Depois falamos em Choque de Gestão. Eles criticam muito a maneira de governar do Senador Aécio Neves, quando era Governador, e também do nosso Governador Anastasia. Mas digo graças a Deus por haver essa maneira de gerenciar o Estado, porque, ao ter cuidado com os recursos, sobra dinheiro para as pessoas mais pobres do Estado, sobra dinheiro para fazer 230 ligações asfálticas. O Deputado José Henrique pode ser testemunha do tempo em que as pessoas nessas cidades, para terem atendimento na saúde, saíam carregadas daqueles lugares, quando eram levadas nas costas, pois não havia acessibilidade. Então sobrou dinheiro para isso. E agora o governo federal quer investir, para iniciar o trem-bala, 34 bilhões. Isso é inversão de prioridade? Trem-bala é prioridade no Brasil? Esse é o investimento que deve ser feito no Brasil? Começará gastando 34 bilhões para, depois, chegar a não sei quanto. Infelizmente o meu tempo terminou. Eu tinha aqui uma lista - posso falar da última? A última foi quando denunciávamos aqui as mortes na BR-040. Os caminhões de minério trafegavam naquela BR. Fui com o Deputado Fábio Avelar, caminhamos pela estrada, pegamos as pelotas da pelotização. As mineradoras assumiram fazer a Via do Minério, apoiadas - está aqui - pelo Deputado Padre João. Isso está aqui, na campanha "Estou com o Padre", em que o Deputado Padre João anuncia a Via do Minério. Ela foi criticada aqui pelos colegas do Deputado Padre João, que acertou com as mineradoras a Via do Minério para que o governo federal retirasse as carretas de minérios que estavam trazendo tantos acidentes. Não recebo essa crítica, deve ter sido para o Deputado Padre João, que acertou com a Gerdau Açominas e com todas as outras para retirar os caminhões de minério, porque as balanças do governo federal não funcionam nas estradas federais. Obrigado pela paciência, Deputado José Henrique.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei 1.697/2011 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queremos, neste final de trabalhos da 1ª Sessão Legislativa, agradecer a todos os colegas o convívio que aqui tivemos, os debates de que participamos e a que assistimos; ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia; e a V. Exa., Deputado José Henrique, Presidente, pelo trabalho que desenvolveu e desenvolve ao presidir várias sessões com serenidade e, muitas vezes, com energia nas horas necessárias. Estamos aqui para fazer justiça a quem merece, até mesmo a V. Exa., conforme estamos assinalando. Ao mesmo tempo, queremos agradecer a todos os outros companheiros do Bloco Transparência e Resultado. Quero fazer justiça ao Governador Anastasia, que é mais que um professor, é um professor por profissão - aliás é citado em todo o Brasil pela sua competência e serenidade. Portanto, queria dizer que o nosso Governador, Prof. Anastasia, é um homem da legalidade, é um homem que respeita as leis em todos os seus projetos, haja vista duas decisões recentes na Justiça. A primeira, já comentada aqui por alguns colegas Deputados, refere-se à construção do hotel no prédio do Ipsemg, fato que já foi objeto de muitos debates nesta Casa. Agora, a imprensa publicou, e acabei de ler no jornal "O Tempo", um parecer do Ministério Público, dizendo: "a licitação obedece rigorosamente aos ditames legais". O Juiz não tinha nenhum reparo a fazer, no entanto essa questão foi objeto de muitas críticas, de muitos debates. Se houvesse alguma ilicitude, é claro que o Ministério Público anunciaria. No entanto, o Ministério Público, por meio de três dos seus representantes, especialmente do Dr. Eduardo Nepomuceno, reconhece que não há absolutamente nada de ilícito. Além do mais, a Justiça Federal também reconheceu - e isso foi publicado hoje - uma questão que foi muito debatida aqui e que diz respeito ao piso salarial. A Justiça entendeu que a greve é ilegal. Por que ela entendeu assim? Não sou eu que estou dizendo isso. A Justiça entendeu que a greve é ilegal, porque o acórdão do Supremo Tribunal Federal ainda não foi publicado. Debates essa questão, Deputado João Leite e Deputado Rômulo Viegas. O acórdão, enquanto não é publicado, não pode produzir nenhum efeito jurídico. Agora a Justiça Federal decidiu nesse sentido. E não pode! Nesta Casa, uma lei, enquanto não for publicada, não produzirá efeito. O mesmo ocorre com o acórdão. Se ele não foi publicado, não produzirá efeito. Por isso, a Justiça entendeu que a greve é ilegal. Ainda bem que fizemos um acordo aqui. Houve um entendimento entre a Situação e a Oposição. A Comissão deverá fazer um trabalho, conseguir um desempenho, a fim de que tudo corra bem e a greve seja resolvida da melhor maneira possível, beneficiando as duas partes. Assim sendo, tanto o professorado quanto o governo poderão conseguir seus objetivos. Estamos vendo, claramente, legalidade nos atos do Governador Anastasia, por isso estamos aqui proclamando essa situação. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de encerrarmos os trabalhos, gostaria de lembrar várias questões interessantes que esta Casa, sob a Presidência do Deputado Dinis Pinheiro e também de V. Exa., desenvolveu neste semestre, nesta 1ª Sessão Legislativa. Vimos aqui um Legislativo mais próximo do cidadão, com várias ações desenvolvidas com esse objetivo, a exemplo do Fórum Democrático para o Desenvolvimento do Estado. Além disso, a Assembleia, por meio das Comissões, realizou reuniões para tratar dos crimes do Aglomerado da Serra, em que nossas Comissões atuaram firmemente a fim de esclarecer a autoria dos crimes e de viabilizar a punição dos culpados; tratou das 86 mil multas dos radares que foram anuladas, além de atuar levando representações ao Ministério Público; tratou da regularização da produção de queijos artesanais, de um modo geral, favorecendo principalmente os pequenos produtores; trabalhou em defesa da inclusão social; criou a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para dar-lhe assistência; enfim, as portas da Assembleia foram abertas para a sociedade. Trabalhamos muito nas Comissões que discutem a reforma política; houve reconhecimentos institucionais, o fortalecimento do Poder Legislativo, quando o nosso Presidente Dinis Pinheiro esteve em Brasília, e até tivemos a oportunidade de acompanhá-lo, em audiência com o Presidente do Senado, Senador José Sarney. Foi pedida uma alteração da Constituição Federal, uma PEC, para concessão de mais poderes a todas as Assembleias Legislativas do Brasil, o que é fundamental para todos nós e para o próprio país. Trabalhamos por uma comunicação mais ágil, por uma ação para a cidadania. Desenvolvemos, por meio da Escola do Legislativo, o programa Educação, um projeto estratégico. O Procon fez 38 mil atendimentos a consumidores. Os números evidenciam o trabalho. Tivemos mais de 700 reuniões de Comissões e ainda teremos um seminário, que discutirá a erradicação da miséria, o qual deverá ocorrer em outubro deste ano, num projeto que, evidentemente, seguirá orientação da Presidente Dilma Rousseff. Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, estamos encerrando nossos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa com a consciência tranquila do dever cumprido. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, também quero contribuir, posicionando-me favoravelmente aos pronunciamentos dos Deputados que me antecederam, no que diz respeito ao reajuste dos salários dos funcionários desta Assembleia, porque estamos vendo a possibilidade de isso também ocorrer nos demais setores do governo do Estado. Quero dizer que encerramos nossas atividades, sob a Presidência de V. Exa., a quem quero agradecer e parabenizar pela paciência ao longo de todo esse semestre. V. Exa. teve participação altamente expressiva e positiva no andamento de nossos trabalhos no Plenário. Simultaneamente, estamos encerrando o semestre com ações muito positivas. Sabemos que as demandas da sociedade crescem de forma altamente expressiva, mas há unidade, uma ligação fundamental, que é um preceito constitucional do governo federal com os Estados e com os Municípios. No início de agosto, acompanharemos as associações microrregionais do Estado de Minas Gerais. Tive o prazer de ser Subsecretário de Desenvolvimento Regional, e aquele segmento está vinculado a essa pasta. Visitaremos o Ministro das Cidades, Montenegro, para refletirmos sobre a necessidade de revigorarmos a distribuição dos índices do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados, para que os gestores públicos possam realmente melhorar ainda mais o atendimento à nossa sociedade. Sabemos que os problemas são muitos. O governo de Minas avançou muito ao longo desses oito anos. Parabenizo o ex-Governador, atual Senador Aécio Neves, assim como o Governador Anastasia. Reconhecemos também as ações do governo federal, que temos de apontar como positivas. Recentemente, nesta tribuna, fiz alerta para aquela negociação muito forte, que envolvia o Pão de Açúcar e o Carrefour. Parece-me que a Presidente Dilma está mudando esse posicionamento. Entendemos que o BNDES, banco criado com recursos públicos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tem de privilegiar os investimentos das camadas sociais. As parcerias têm acontecido, o que não podemos negar. O governo federal, os Estados e os Municípios têm procurado atender às demandas e resolver os problemas, que são muitos. Ninguém se candidata a mágico. Ninguém tem vara mágica para resolver todos os



problemas de uma só vez. Esperamos que essa nossa visita ao Ministério das Cidades, acompanhando os Presidentes das associações microrregionais do Estado, possa trazer bons resultados; esperamos que revejam esse pacto federativo. Temos certeza absoluta de que Minas Gerais continuará crescendo. Quero, mais uma vez, agradecer de forma especial o Governador Anastasia, que recentemente esteve em nossa região. Entregamos para a comunidade um fórum regional, um espaço republicano, onde as pessoas são tratadas igualmente perante a lei. É uma obra expressiva para toda a comunidade das Vertentes. Mando um abraço ao Aécio Neves, no Senado, e a todos que querem bem nossa sociedade, o Brasil e Minas Gerais. Encerro parabenizando V. Exa. e os demais pares, os Deputados tanto da Situação quanto da Oposição, pelos embates que acredito terão sempre como objetivo final melhorar o atendimento à nossa população. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero também fazer uma declaração de voto. O nosso Bloco votou favoravelmente à LDO, com a ressalva de várias emendas. Mas, neste momento, já não é necessário entrar no conteúdo das polêmicas que tivemos durante esse período, mesmo porque já tive oportunidade de fazê-lo bastante hoje. Queria apenas aproveitar esta declaração de voto para cumprimentar os Deputados e V. Exa., que é nosso Vice-Presidente e preside a maioria das nossas reuniões de forma sempre a atender todos os Deputados de modo democrático. Então, na pessoa de V. Exa., parabenizo o conjunto dos Deputados, pois durante esse período tivemos um trabalho positivo, com diferenças de opinião, como é comum no Parlamento, mas que servem exatamente para criar o ambiente democrático em que vivemos. Parabenizo os Deputados e, ao mesmo tempo, os servidores da Casa. Tivemos um semestre bastante repleto de ações, que não poderiam ser executadas sem o serviço competente dos servidores. Então, aproveito este momento, Sr. Presidente, para rapidamente deixar o nosso abraço solidário a todos e desejar que voltemos revigorados no segundo semestre, para produzir ainda mais por Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, a minha vinda é apenas para fazer aqui um mea-culpa, já que eu tratava da questão da BR-040 no final da minha primeira fala, na declaração de voto, e me faltou citar o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Esse Deputado, nesta tribuna, depois de um contato com o Deputado Padre João, reconheceu o trabalho realizado por esta Casa, pela Comissão de Transporte e pelo próprio Deputado Padre João, que foi o intermediário no entendimento para que as empresas construíssem a Via do Minério. E agora foi possibilitada a retirada dos caminhões da BR-040, passando-os para a Via do Minério, trazendo mais segurança para a população que utiliza a BR-040 no Município de Congonhas, próximo ao Pires. Isso trará mais segurança para a nossa população. Na verdade, é um mea-culpa, um pedido de desculpas ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, porque ele havia feito essa citação. Sr. Presidente, queria também falar sobre uma preocupação que temos neste momento. O Deputado Rogério Correia até fez um contato com o Calazans, Superintendente do Inkra em Minas Gerais, sobre a ocupação de uma fazenda em Baldim. Queria deixar aqui essa informação, porque é uma preocupação muito grande. A fazenda tem próximo a 3 mil pés de pequi, 2 mil pés de mangaba e outras árvores. O rio que atravessa a fazenda tem a mata ciliar toda recomposta. Mas uma informação que nos foi trazida agora nos tranquiliza: eles estão acampados fora da fazenda e, de alguma forma, já temos cuidado com todo esse grupo de árvores, algumas em extinção, que devem ser preservadas. Desejo a todos um bom recesso e um bom descanso. Sem dúvida teremos um segundo semestre de muito trabalho. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária do dia 2 de agosto, terça-feira, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 2/8/2011). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

nomeando Silvanice Souza Santos para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: serviços gerais de vigia. Objeto deste aditamento: 1) revisão por convenção coletiva de trabalho; 2) 3ª prorrogação da vigência com reajuste de preço; 3) correção de erro material da subcláusula 5.1; 4) nova condição para pagamento. Vigência: 1) revisão: efeitos financeiros retroativos de acordo com a convenção coletiva; 2) prorrogação: 12 meses a partir de 16/7/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.